



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Guilherme do Nascimento Rodrigues

SERVIÇO SOCIAL E O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO:

a abordagem de grupo no desenvolvimento da profissão

Brasília - DF

2025

Guilherme do Nascimento Rodrigues

SERVIÇO SOCIAL E O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO:

a abordagem de grupo no desenvolvimento da profissão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção ao título de Bacharel em de Serviço Social

Orientadora: Dr.^a Isabela Ramos Ribeiro

Brasília - DF
2025

Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora-Orientadora: Dr.^a Isabela Ramos Ribeiro (SER/UnB)

Professora Dr.^a Karen Santana de Almeida Vieira (SER/UnB)

Professora Dr.^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte (SER/UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família. Meus pais, Maria Iracema e Dorival, por sempre terem se empenhado para que eu pudesse me manter focado nos estudos mesmo nas adversidades da vida e meu irmão, Matheus, pela convivência, em especial pelos momentos vividos durante a infância. Aos meus parentes que me apoiaram e acreditaram em mim. Especialmente minha tia, Doralina, que o suporte foi vital para que eu entrasse na universidade.

Também agradeço à Professora Dr.^a Isabela Ramos Ribeiro pela paciência, calma e leveza durante as orientações e seus apontamentos claros e pertinentes. Além de sua excelente organização que viabilizou que o processo fosse mais fluído e descomplicado, vital para bom andamento da escrita.

Quero deixar registrado ainda meus agradecimentos à equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Núcleo Bandeirante, por proporcionarem um bom primeiro contato com a prática e pelos aprendizados, especialmente minha supervisora de campo de estágio, Gislene Araújo Rodrigues, que também serviu como exemplo de profissional responsável e comprometida com a categoria, além de me ter ampliado a visão e o interesse em relação à abordagem de grupos que culminou nesse trabalho. Também agradeço a minha supervisora acadêmica da disciplina de estágio, Professora Doutora Karen Santana de Almeida Vieira, que forneceu novos pontos para pensar o trabalho profissional como também instigar para a abordagem em grupos através do seu discurso e de suas aulas.

Agradeço à banca avaliadora, composta pelas Professora Doutora Karen Santana de Almeida Vieira e pela Professora Doutora Janaína Lopes do Nascimento Duarte, por terem se disposto a avaliar o trabalho apresentado.

À turma ingressante no segundo semestre de 2020 e demais colegas de graduação pela experiência e discussões realizadas durante a trajetória do curso.

Agradeço imensamente às minhas amigas encontradas durante o curso: Manuelylly Soares, Márcia Cabral e Jéssica Sampaio. Por terem me acompanhado nessa trajetória, pelas conversas, pelos risos e por terem me proporcionado momentos especiais que tornaram essa trajetória mais leve e divertida.

Gostaria de deixar um agradecimento especial à minha amiga de longa data, Erika de Souza, que mesmo longe se manteve presente e dividiu comigo risadas, confidências, lamentos, que escutou meus anseios, ofereceu conforto e me acalmou; que com o companheirismo tornou possível a conclusão não somente desse trabalho, como também dessa graduação.

RESUMO

O presente trabalho visa entender o movimento sócio-histórico no âmbito do Serviço Social que levou ao entendimento da Abordagem de Grupo, um instrumental técnico-operativo usado em diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão. A pesquisa foi de natureza qualitativa, buscando entender, descrever e explicar sobre o processo percorrido no âmbito da profissão e acerca do instrumental de grupos. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de procedimentos de coleta de dados, realizado a partir de materiais tratados analiticamente, resultantes de pesquisas anteriores e das contribuições de autores que fundamentaram a discussão, com livros, artigos e outras elaborações. Ainda, analisamos sete sistematizações de experiências da abordagem de grupo em campos de atuação da saúde, da assistência social e da educação. A fase exploratória do levantamento das bibliografias foi feita a partir da ferramenta “Google Acadêmico”. Dentre os resultados da pesquisa, encontramos que a técnica utilizada e a direção conferida a estas abordagens nos permite dizer que estas não se alinhavam com o caráter de ajustamento, controle social e integração dos sujeitos ao meio social historicamente percebido no trabalho com grupos no período do Serviço Social tradicional. Embora, não deixassem de enfrentar impasses mediante a lógica do pensamento liberal e da mercantilização das necessidades sociais que são vigentes a atual conjuntura, impactando os campos de trabalho em que as(os) assistentes sociais se inserem, bem como a ótica das(os) profissionais das equipes em que atuam ou até de profissionais do Serviço Social que desenvolvem a abordagem de grupo, em relação a questão de conformismo ou descrença quanto o potencial de transformação social da abordagem de grupo. Também percebemos modos como as adversidades enfrentadas pelas(os) profissionais, conforme questões de correlações de forças das instituições em que estão inseridas(os) e percalços com as equipes de trabalho ou condições de trabalhos conforme a realidade das políticas locais em que atuam, afetam diretamente o desenvolvimento da abordagem de grupo.

Palavras-chaves: Serviço Social. Trajetória Sócio-histórica. Trabalho com Grupos. Abordagem de Grupo, Instrumental técnico-operativo.

ABSTRACT

This study aims to understand the social-historic movement within Social Work that led to the understanding of the Group approach, a technical-operative instrument used at several socio-occupational spaces of the profession. The nature of the research was qualitative, trying to understand, describe and explain the process traveled within the scope of Social Work and about the instrument. The research was bibliographical, using data collection procedures, carried out from analytically treated materials, resulted from previous research and the contributions of authors who supported the discussion, with books, articles and other elaborations. We also analyzed seven experiences' systematizations of the group approach at the fields of health, social assistance and education. The exploratory phase of the bibliography survey was carried out using the tool "Google Scholar". Among the results of the study, we found that the technique used, and the direction conferred to the group approaches allow us to state that these were not aligned with the adjustment character, social control and integration of subjects into the environment historically seen in the operation of the groups at the time of the traditional Social Work. Although, they still faced adversities due the logic of liberal thought and the commercialization of social needs, characteristics of the time period we live, impacting the fields of work in which the social workers operate, as well the professionals' perspectives of the teams they work together or even the Social Work professionals that development the group approach, in a matter of conformism or disbelief regarding the potential for social transformation of the group approach. We also note how the adversities faced by the professionals, according to forces' correlations in the institution they operate and disadvantage by the work teams or the work conditions according to reality of the local policy which they work, directly affect the group approach's development.

Keywords: Social Work, Social-historical trajectory. Operation of Groups. Group Approach. Technical-operational instruments

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	10
1.1 O SURGIMENTO E A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL.....	10
1.2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PROFISSÃO.....	15
1.3 OS CÓDIGOS DE ÉTICA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	22
CAPÍTULO 2: INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E SERVIÇO SOCIAL	28
2.1 DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL, INSTRUMENTAL DO SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE.....	28
2.2 O TRABALHO COM GRUPOS	34
2.2.1 O CONCEITO DE GRUPOS.....	34
2.2.2 O SERVIÇO SOCIAL DE GRUPOS.....	38
2.2.3 A ABORDAGEM DE GRUPO.....	41
CAPÍTULO 3: A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ATUALIDADE	48
3.1 OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE.....	48
3.2 A ABORDAGEM DE GRUPOS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	56
3.2.1 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA SAÚDE.....	56
3.2.2 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	62
3.2.3 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.....	70
3.2.4 BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade organizar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação para a construção de uma sistematização nas bases da pesquisa científica como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Assim, a presente pesquisa possui como tema o “SERVIÇO SOCIAL E O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO: a abordagem de grupo no desenvolvimento da profissão”, buscando entender o movimento sócio-histórico no âmbito da profissão que levou ao entendimento de tal instrumental técnico-operativo usado nos diversos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Desta forma, a pesquisa versou sobre a abordagem de grupo e seu entendimento nos contextos do Serviço Social tradicional, exemplificado pelo Serviço Social de Grupos na origem da profissão no Brasil após 1930, sob um arranjo teórico doutrinário constituído pelo discurso humanista cristão, da doutrina da Igreja Católica e do positivismo e do tecnicismo em decorrência da aproximação da profissão com o Serviço Social norte-americano; e após a intenção de ruptura, sob a perspectiva crítica em que a profissão consolida o marxismo como vertente hegemônica posteriormente ao ano de 1979 em que ocorre o “Congresso da Virada” durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

O tema parte do interesse pela abordagem de grupos após as disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, com a inserção no campo na unidade do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do Núcleo Bandeirante. Com a abordagem de grupos tendo primordial importância dentro da organização do processo de trabalho pelas(os) variadas(os) profissionais na unidade, especialmente da supervisora de campo, o autor deparou-se com as possibilidades da abordagem antes não cogitadas e gerou maior interesse sobre este determinado instrumental técnico-operativo, com descobertas e indagações teórico-metodológicas sobre a abordagem que encontraram, no Trabalho de Conclusão de Curso, uma oportunidade para maior entendimento de como o trabalho com grupos foi e é entendido ao longo da profissão.

Entende-se que o tema possui relevância para o Serviço Social na medida que o trabalho pode contribuir para a ampliação do conhecimento, no âmbito acadêmico, da abordagem utilizada na prática profissional. Assim, busca-se fomentar futuras novas pesquisas por estudantes para o entendimento da abordagem e seu uso para o fortalecimento da profissão na direção hegemônica intendida no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPP).

Percebe-se também o tema com relevância social para sociedade, uma vez que o resgate histórico da abordagem com grupos no contexto da academia permite melhor consolidação das

ideias aferidas pelo Serviço Social pela intenção de ruptura para o corpo estudantil. Tal discussão fortalece o uso da abordagem na perspectiva crítica, hegemônica no Serviço Social, que objetifica o trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais sob o princípio do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, estabelecido no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1993. Desta forma, pode contribuir para a formação acadêmica e para o exercício profissional de forma a melhor responder as demandas dos usuários dadas pelas expressões da Questão Social, sem o caráter do conservadorismo, do assistencialismo e da culpabilização do indivíduo, assegurando o uso dos serviços públicos e sociais pelos usuários na perspectiva de defesa da justiça social.

Como objetivo geral, propusemo-nos a analisar o processo sócio-histórico da utilização do trabalho com grupos no âmbito da profissão durante a trajetória da profissão. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) Abordar a gênese do Serviço Social brasileiro e seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos com vistas a entender o Serviço Social de Grupos e o movimento histórico que levou ao atual entendimento da abordagem de grupo; 2) Discutir as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional e sua relação de interligação e interdependência na constituição do instrumental; e 3) Examinar o uso da abordagem de grupos nas áreas de atuação do Serviço Social na atualidade.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, buscando entender, descrever e explicar sobre o processo percorrido no âmbito da profissão e acerca do instrumental de grupos. Foi utilizada da pesquisa bibliográfica, fazendo uso de procedimentos de coleta de dados, realizado a partir de materiais tratados analiticamente, resultantes de pesquisas anteriores e das contribuições de autores que fundamentaram a discussão, com livros, artigos e outras elaborações com fim de atingir os objetivos supracitados. A fase exploratória do levantamento das bibliografias e das sistematizações de experiências de uso da abordagem de grupo foi feita a partir da ferramenta “Google Acadêmico”, por meio das palavras-chaves “Serviço Social”, “Grupos”, “Trabalho com grupo”, “Abordagem de grupos”, “fundamentos históricos e teóricos metodológicos”, “desenvolvimento da profissão”, “instrumental”, “dimensões do trabalho” e “dimensão técnico-operativa”. Consoante com a matriz hegemônica do Serviço Social, o método usado na pesquisa é o Materialismo histórico-dialético. O método foi utilizado por entender que esta é a melhor forma para analisar concretamente a sociedade na relação entre estrutura e superestrutura, inclusive na intervenção para dar respostas às expressões da Questão Social frente ao

movimento histórico do capitalismo. Buscou-se evidenciar as contradições na sociedade que moldaram não somente o processo produtivo e a reprodução social, mas também a própria concepção do Serviço Social brasileiro, sua autoimagem, o exercício-profissional e seu instrumental técnico-operativo, mais especificamente o trabalho com grupos aqui analisado.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos um resgate histórico quanto ao começo do Serviço Social no Brasil, falando de sua ligação com a Igreja Católica e sua doutrina social, seguindo para o processo de institucionalização da profissão com o surgimento do mercado de trabalho no país. Também foram abordados os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social em cada período da profissão, bem como os Códigos de Ética perpassados na trajetória profissional, até a chegada do projeto atual. No segundo capítulo, abordamos as dimensões do trabalho profissional, do instrumental técnico-operativo da profissão e o conceito de instrumentalidade. Partimos para entender distintos conceitos de grupos até chegarmos a um condizendo com o PEPP e, a partir disso, versamos sobre o Serviço Social de Grupos e a abordagem atual instaurada após a emergência da Intenção de Ruptura com o conservadorismo na profissão. No terceiro capítulo, discutimos os desafios enfrentados pelo Serviço Social, conforme questões de conjuntura, de campo socioinstitucionais e de ordem interna da profissão. A partir disso, partimos para análise de sistematizações de exercícios profissionais que utilizaram da abordagem de grupo nas áreas de atuação da saúde, da assistência social e da educação, observando a presença ou ausência dos aspectos importantes para se pensar a abordagem de grupo e dos elementos necessários no desenvolvimento das reuniões dos grupos que foram abordados no segundo capítulo. Por fim, são tecidas breves considerações finais.

CAPÍTULO 1: O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para entendermos a abordagem de grupo da maneira que hoje está colocado em consonância com o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, é necessário fazermos um resgate histórico de como e em que contexto a profissão surge e se estabelece no país, bem como das transformações experienciada durante seu desenvolvimento. Uma vez que o trabalho com grupos enquanto instrumental não pode ser meramente entendida de forma descolada da profissão e sua concernente base de fundamentação, abordaremos também os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos da profissão.

1.1 O SURGIMENTO E A TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL

Primeiramente, é importante ressaltar que a profissão não surge meramente como evolução da caridade e da filantropia, tal como pura e simples sucessão de fatos, mas está imersa no contexto específico do capitalismo monopolista. Iamamoto (2004, p. 7) analisa o Serviço Social como “parte das transformações históricas da sociedade presente” que requer romper com a visão endógena da profissão, “prisoneira em seus muros internos”, entendendo que as transformações ocorridas acertam o “conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional, as condições e relações de trabalho nas quais se realiza, afetam as atribuições, competências e requisitos de formação do assistente social”. Assim, não veremos o quadro sócio-histórico limitadamente como um pano de fundo, mas sobrepujaremos o Serviço Social como forma de compreendê-lo na história da sociedade uma vez que ele é parte e expressão desta.

O surgimento do Serviço Social no Brasil remonta ao começo do século XX com uma ligação direta com a Igreja Católica e institucionalizado sob o governo Vargas, durante o período desenvolvimentista no país como forma de enfrentar e regulamentar a Questão Social¹ que passava a ser oficialmente reconhecida pelo governo Vargas. No contexto dos anos 1930, o país transacionava do sistema agrário-comercial, ligado ao mercado externo (capitalismo internacional), para o sistema urbano-industrial, ligado à paulatina expansão do mercado interno, dado pela industrialização e desenvolvimento econômico, social político e cultural que cada vez mais expandia desde o período da revolução de 30 (BULLA, 2003). A economia brasileira se manteve voltada para o atendimento dos interesses externos, mas agora

¹ Conforme Iamamoto, a questão social é entendida como o conjunto de expressões das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista, que “tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (2004, p. 17).

manifestava novas configurações internas. De acordo com Marini (2011), a dependência mantém internamente as condições de subordinação à reprodução do capital imperialista.

Consoante Andrade (2008, p. 2) o Estado incentivava (política, econômica e financeira) as indústrias, visando à “expansão, organização do mercado interno, capitalização e acumulação” do setor industrial. Com a expansão da produção industrial, intensifica-se a exploração da força de trabalho amplamente disponível. Nesse sentido, o proletariado urbano, setor então emergente, era capaz de exercer pressões sobre o Estado, posto que “sua contribuição para a queda do Antigo Regime (República Velha), necessária à legitimação do Estado Novo, lança-o no quadro político” (ANDRADE, 2008, p. 2). Logo, a estrutura corporativa do Estado Novo necessitava “incorporar reivindicações dos diferentes setores, inclusive os populares, para validá-lo como fonte de legitimação” (ANDRADE, 2008, p. 2) para assegurar a expansão e acumulação capitalista, especialmente após crescimento da industrialização e consolidação de polo industrial no país.

O cenário de desenvolvimento repercutia no aumento da taxa per capita, dos salários e do consumo, acompanhando o crescimento da população e da urbanização, trazendo consigo problemas de saneamento básico, saúde, habitação etc. Nesta conjuntura, a industrialização ocasionava o crescimento da concentração de renda, impulsionando as desigualdades e tensões nas relações de trabalho, tornando a questão social um elemento não mais possível de ser ignorado pelo Estado e agora passava a enfrentá-la como forma de apaziguar os conflitos de classe, visto que os movimentos operários após industrialização se voltaram para a administração². O Estado brasileiro passava a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo papel de regulador destas, viabilizando o processo de acumulação capitalista, concomitantemente em que atuava no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas

Vargas, que estava no poder, temia a ascensão e o acirramento desses movimentos, a exemplo do que acontecia com os movimentos operários europeus. Para conseguir a adesão e o consenso dos trabalhadores, ele estabeleceu uma série de medidas de política social de caráter preventivo, integradas no conceito de progresso social e institucional. Em sua grande parte, essas medidas também beneficiavam a classe média e atendia, de certa forma, as aspirações da burguesia, dando condições de aumento da produção. Ele conseguiu, assim, estabelecer uma política de compromissos e conciliações entre os grupos dominantes, as camadas médias e os trabalhadores, que sustentavam a ideologia da “paz social”, que deu suporte à expansão do capitalismo no Brasil. A questão social, que antes era encarada como

² Iamamoto ressalta que foram as lutas sociais que ultrapassaram o domínio privado da relação capital-trabalho de modo que a questão social foi excedida para a esfera pública, a partir dos trabalhadores demandarem intervenção por parte do Estado quanto ao “reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais” (2004, p. 18).

uma questão de polícia, passou a ser considerada como uma questão de Estado, que demandava soluções mais abrangentes (BULLA, 2003, p. 6).

Neste cenário de regulação dos conflitos pelo Estado, surgem a Consolidação das Leis do Trabalho, o salário-mínimo e medidas de cunhos controlador, assistencial e paternalista. A questão social quando reconhecida por Vargas, é enquadrada juridicamente com a intencionalidade de desmobilizar a classe operaria e regular as tensões entre classes, de modo que a questão social se transforma um problema de administração, sendo criadas “políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional” (YAZBEK, 2009, p. 6). Desta forma, as instituições assistenciais e previdenciárias surgiram e foram desenvolvidas englobadas como parte do projeto reformador estabelecido pelo Estado, sendo característica principal propiciar benefícios assistenciais aos trabalhadores, como nova forma de enfrentar as expressões da questão social, dado que a condição de vida e trabalho dos trabalhadores não poderia ser desconsiderada para manter o poder do Estado Novo (ANDRADE, 2008). Sob estas condições sócio-históricas em meio ao desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil aparece o espaço que propicia a profissionalização do Serviço Social na condição de assalariamento. Em outras palavras, a institucionalização do Serviço Social “tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais” (NETTO, 1996, p. 70).

Nesta conjuntura de crescimento das desigualdades tensionado pelo projeto desenvolvimentista, temos a estruturação da profissão no país com grande papel da Igreja sendo “responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação” (YAZBEK, 2009, p. 7). Yazbek destaca que a Igreja católica como força social “mobiliza o laicato a partir das diretrizes da *Rerum Novarum* (1891) e do *Quadragesimo Anno* (1931) encíclicas papais que assumiam um posicionamento antiliberal e antissocialista” (2009, p. 7). Ressalta-se aqui a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) entidade que, mantida com mensalidades das sócias e tendo como objetivos difundir a doutrina e a ação social da Igreja, viria a fundar e manter a primeira Escola de Serviço Social do país.

[Em 1932] o CEAS envia à Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o Curso de Serviço Social. D. Odila já tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. Mesclando, portanto, a visão francesa e a visão belga, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira escola de Serviço Social no país (YAZBEK, 2009, p. 8).

A Questão social vista pela Igreja como questão moral, colocava o conjunto de problemas sob responsabilidade do indivíduo que as enfrentava. Desta forma, Yazbek diz da

ação social da Igreja sob um enfoque “conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento” (2009, p. 8). Visando a regulação dos conflitos, o governo Vargas buscou apoio na Igreja Católica. Guiada pela Encíclica papal *Quadragesimo Anno*, uma reafirmação da *Rerum Novarum*, a Igreja dava importância a uma sociedade consensual e harmônica, livre de conflitos de classe, que posicionavam a Igreja quanto a questão social corroborando com a tese do Estado interventor na relação capital-trabalho e responsável pelo estabelecer políticas sociais. Conforme Bulla, as sucessivas aproximações entre os dois, levaram ao apoio mútuo entre governo e Igreja em que “a Igreja oferecia suporte às políticas do Estado, e Vargas cooperava com muitos dos propósitos da Igreja Católica, preocupada com a restauração cristã da sociedade brasileira” (2003, p. 7). Nesse contexto, houve a expansão das instituições católicas assistenciais e educacionais, no qual a formação das trabalhadoras era voltada para o trabalho social nas instituições de assistência:

Para que a nova atividade se afirmasse como profissão e pleiteasse o reconhecimento da sociedade, tornou-se necessária a elaboração de um conjunto de conhecimentos próprios e a formação de profissionais competentes, que dessem uma contribuição significativa à sociedade. Com tal objetivo, foram organizados os cursos de Serviço Social. A primeira escola de Serviço Social, no Brasil, foi fundada em 1936, em São Paulo, onde se concentrava a maior parte da indústria nacional. Esse curso foi incorporado, mais tarde, à PUCSP. No ano seguinte, foi criado o curso de Serviço Social no Rio de Janeiro, junto ao Instituto Social, sendo, posteriormente, vinculado à PUCRJ. Em 1945, entrou em atividade a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, hoje denominada Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Outras escolas de Serviço Social foram sendo fundadas no decorrer das décadas seguintes (BULLA, 2003, p. 7).

Inicialmente, as(os) assistentes sociais atuavam junto de instituições da Igreja Católica, mas ao Vargas organizar o enfrentamento da questão social, as(os) profissionais foram absorvidas pelo Estado que viria a se tornar o maior empregador. Outros espaços que também comportaram a atuação das(os) assistentes sociais foram as associações patronais da Indústria (SESI e SENAI) e do Comércio (SENAC). Um grande espaço sócio-ocupacional do período foi a Legião Brasileira de Assistência, instituição com fortes traços de primeiro-damismo e clientelismo com fins eleitorais. Bulla (2003) ainda destaca que o cenário de atuação profissional era em instituições governamentais ou organizações subsidiadas quase totalmente pelo Estado ou instituições particulares ligadas a organizações religiosas. Os principais campos eram na saúde e no jurídico, nos quais o Serviço Social assumia características paramédicas e para-jurídicas que logo tornaram-se inadequadas. O referencial teórico e a metodologia até então eram fundados nos princípios filosóficos e cristãos, ligados a ação social francesa e belga:

o Serviço Social era concebido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos aos assistentes sociais, através da educação (BULLA, 2003, p. 8).

Neste cenário, Estado incorpora uma parcela das reivindicações dos trabalhadores em que reconhece legalmente a cidadania por meio de “leis sindicais, sociais e trabalhistas”, que somado as instituições assistenciais originam o mercado de trabalho para o Serviço Social brasileiro aumentando as possibilidades de intervenção: “A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais (YAZBEK, 2009, p. 10). Paulatinamente o Estado propulsiona a profissionalização e aumenta o campo de atuação em decorrência das novas formas de combater as expressões da questão social³. Um fator incidente no desempenho profissional nesse contexto é a fragmentação das Políticas sociais, concebidas setorialmente devido a um entendimento que o âmbito social seja mera soma de diferentes setores da vida sem estarem articulados, assim uma compreensão parcial da realidade social, o que torna as ações profissionais fragmentadas, sendo pontuais e localizadas. Desse modo, temos o papel regulador do Estado no âmbito social (e em decorrência, as ações profissionais do Serviço Social) sendo estabelecido e modificado decorrente da correlação de forças sociais em diferentes conjunturas históricas, isto significa, as políticas sociais assumidas pelo governo brasileiro, historicamente expressam o caráter contraditório das lutas sociais (Yazbek, 2009).

Conforme Iamamoto, é vital destacar que a profissionalização do Serviço Social não ocorre apenas por impor uma “base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia. Em outros termos, quando se processa uma tecnificação da filantropia” (2004, p. 12) uma vez que o Serviço Social não é mero fruto da evolução interna e autônoma dos agentes que até então atuavam no período doutrinário, mas:

pressupõe a expansão da produção e de relações sociais capitalistas, impulsionadoras da industrialização e urbanização, que traz, no seu verso, a questão social. A luta dos trabalhadores por seus direitos invade a cena política, exigindo do Estado o seu reconhecimento público. O Estado amplia-se, nos termos de Gramsci (1978), e passa

³ Vale ressaltar que intervenção estatal do período possui “fortes características paternalistas e repressivas, reforçadoras da ideia de um Estado humanitário e benemerente, tenderá e se expressar, nas décadas seguintes, através de Políticas Sociais inoperantes, que, reproduzindo a luta política mais geral da sociedade com suas contradições e ambiguidades, se caracterizará por sua pouca efetividade social e por sua crescente subordinação a interesses econômicos (YAZBEK, 2009, p. 10)

a administrar e gerir o conflito de classe não apenas via coerção, mas buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2004, p. 13).

Ao centralizar a política socioassistencial mediante a prestação de serviços sociais, o Estado formou as bases sociais que firmaram o mercado de trabalho para o Serviço Social. O Estado e os segmentos burgueses propulsionaram a qualificação profissional, num movimento em que o Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes ao romper com a tradicional filantropia e se transformar em uma das “engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores” (IAMAMOTO, 2004, p. 13). Nesse sentido, o surgimento das instituições assistenciais no momento de institucionalização do Serviço Social possibilita o distanciamento do bloco católico e de “instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado” (ANDRADE, 2008, p. 3) devido ao mercado de trabalho aberto, servindo de reconhecimento e legitimação profissional. A institucionalização também tencionaria as(os) assistentes sociais da época pela busca de um novo referencial teórico com base científica.

Assim, é através da história social da organização da própria sociedade brasileira que se originam as condições em que o Serviço Social concebeu seu espaço de profissionalização e assalariamento no processo da divisão social e técnica do trabalho. E neste processo, o Serviço Social insere-se e obtém legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no campo das políticas socioassistenciais, no qual desenvolve suas atividades e cumprindo objetivos socialmente atribuídos que, extrapolam as vontades e intencionalidade das(os) profissionais.

1.2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PROFISSÃO

A institucionalização do Serviço Social instaurou a profissão enquanto categoria assalariada e vigorosamente vinculada as políticas sociais públicas, de modo que por meio do mercado de trabalho aberto, o Serviço Social era reconhecido e legitimado profissionalmente. Tal condição, entretanto, não simplesmente transporia as práticas profissionais até então adotadas para este novo contexto ocupacional. Consoante Andrade (2008), com a intervenção a cargo do mandato institucional, a profissão deparou-se carecendo de conhecimentos teóricos e técnicos para melhor responder as novas demandas, uma vez que o Serviço Social:

Como parte da engrenagem de execução das políticas sociais, passou a ser uma ação necessária e útil ao funcionamento racional das instituições, de acordo com o papel que elas tinham de desempenhar no momento de produção capitalista e no desenvolvimento do projeto sócio-econômico burguês (ANDRADE, 2008, p. 4).

O novo mercado de trabalho compelia a profissão a repensar suas origens e finalidade missionária através de seu projeto de recristianizar a sociedade, conduzido pela Doutrina Social da Igreja. Na medida que pensamento conservador se demonstrava pouco eficiente perante às demandas da realidade, tal metamorfose profissional apresentava-se como vital a sobrevivência do Serviço Social defronte as novas necessidades sociais. Assim, os padrões de eficácia relativos ao período doutrinário do Serviço Social, assentados nos padrões morais (ser bom cristão), revelavam-se ineptos na nova conjuntura quando comparados aos novos padrões de eficácia: “rentabilidade e iniciativa apoiados, necessariamente, em um conhecimento mais sistematizado sobre a realidade e procedimentos adequados de intervenção “(ANDRADE, 2008, p. 4) o que obrigava a profissão a concatenar as atividades profissionais segundo procedimentos administrativos e técnico-burocráticos imposto pelas instituições. Bulla (2003) denota que, com insuficiência das respostas profissionais, as(os) assistentes sociais buscaram nas ciências sociais a aprimoração da técnica e da metodologia. Esta aproximação com as ciências sociais ganha contorno impulsionado pela conjuntura brasileira que afetou não somente as novas demandas que requisitava por adaptação dos métodos e técnicas de intervenção, mas também de onde estas seriam obtidos:

Em 1942, Getúlio Vargas, em nome de interesses econômicos e políticos, estreitou relações com o governo norte-americano de Roosevelt, que tinha como metas prioritárias o fortalecimento do capitalismo e, em contrapartida, a luta contra o comunismo e a expansão de sua hegemonia sobre todo o continente americano, fato objetivamente constatado na História (ANDRADE, 2008, p. 5).

A ofensiva norte-americana, entretanto, apareceria de forma mais intensa após a 2ª Guerra Mundial sob o contexto da Guerra Fria. Com o declínio do poderio inglês no pós-1ª guerra, o imperialismo estadunidense fortalecia-se globalmente, contudo, as relações internacionais do Brasil até 1945 não estavam bem definidas, seria somente após a 2ª Guerra Mundial que o Brasil se ligaria contundentemente com os EUA. O fim da 2ª guerra desenvolvia no Brasil a campanha pela “reconquista das liberdades democráticas, criou-se um clima impróprio para o regime ditatorial de Getúlio Vargas” (ANDRADE, 2008, p. 6) percebido pelo próprio governo, especialmente pelos militares que imputaram um golpe no continuísmo de Vargas, desaguando nas eleições que consolidavam a vitória do General Dutra. Ao mesmo tempo que o Brasil com sua nova Constituição, que mantinha características do regime anterior e pouco se distinguia da Constituição de 1934 (resguardando possibilidades de atos reacionários e antidemocráticos para o governo de Dutra), também entrava em uma fase de crescimento das suas indústrias “favorecida pela privação do abastecimento, pelo mercado externo, de

manufaturas, ampliando, dessa forma, o mercado interno” (ANDRADE, 2008, p. 6) ocasionando na emergência de uma nova burguesia industrial:

Nessa perspectiva, a industrialização foi favorecida com o início da Guerra Fria e sua intensificação ocorreu a partir de 1947. A exacerbação da divisão ideológica do mundo reforçou a opção pela via capitalista (...) O capitalismo foi visto como algo necessário para o desenvolvimento da sociedade, acarretando, como preço inevitável, o agravamento da questão social; a solução socialista foi vista apenas pelo ângulo da restrição às liberdades humanas e aos direitos individuais. Desatrelada do seu questionamento à ordem capitalista, tomava um vulto ainda mais assustador quando abordada como combativa ao “direito da Igreja e da Família”, esteios relevantes da ação profissional na época (ANDRADE, 2008, p. 6-7).

Dessa forma, o Serviço Social incorporou os fundamentos da filosofia cristã junto de uma proposta política que desse legitimidade ao capitalismo. Como mencionado acima, o Serviço Social buscava por novos conhecimentos, concomitantemente a relação Brasil-EUA estreitavam-se e ultrapassavam o campo econômico. O EUA era visto como o novo referencial de modelos e ações, o Serviço Social também foi atingido por este movimento, com os olhos voltados para o Tio Sam e com a “política da boa vizinha” instaurada entre os dois países, a oportunidade estava a porta. Com o Congresso Interamericano de Serviço Social de 1941 em *Atlantic City*, as principais escolas de Serviço Social brasileiras e grandes instituições, escolas e programas continentais de bem-estar social norte-americanos tiveram laços consolidados⁴.

A influência norte-americana é encabeçada aqui pela figura da Mary Richmond. Foi Richmond que secularizou a profissão, deu as bases técnicas e as formas de trabalhar em seus livros “*Social Diagnosis*” e “*What is Social Case Work? An Introductory Description*” nos anos 1917 e 1922, sob um claro viés funcionalista da sociedade advinda da sociologia norte-americana, sendo apreendidas pelas(os) profissionais (ANDRADE, 2008; ESTEVÃO, 2006). Isso somado a nomes como Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis etc. influenciaram as(os) assistentes sociais brasileiras a um saber que ia além do senso comum e do humanismo cristão em voga até então. A partir disso, a desigualdade social era explicada atrelada a ideia de estratificação social e abordada sob a ótica de indivíduos, grupos e/ou instituições desajustados da ordem social, a partir de desigualdades institucionalizadas. As instituições eram tomadas tanto para garantir a reprodução das diferentes posições existentes e preparar indivíduos para estas posições, como também “tornar funcionais os conflitos” para administrá-los a fim de “torná-los dinamizadores da rede de relações” (ANDRADE, 2008, p.

⁴ Foi o intercambio pelo sistema de bolsas que propiciou inserção dos conhecimentos elaborados pelas(os) assistentes sociais dos EUA, estabelecendo-se o período de influência norte-americana no Serviço Social brasileiro que refletiria diretamente no currículo adotado pelas escolas de Serviço Social brasileiras (ANDRADE, 2008).

9), exigindo racionalidade e organização técnica para a intervenção. Dessa forma, as(os) assistentes sociais teriam que atuar no trabalho com os sujeitos sociais que, por conta dos conflitos/desajustamentos, acabavam descolados de suas posições da estratificação social e assim, deviam retorná-los ao sistema, ou seja, adequar os usuários aos recursos, colocando os conflitos aceitáveis ao conjunto da estrutura social.

Entre 1940 e 1960 o binômio Igreja-Família seria paulatinamente substituído pelo de Escola-Industria-Família, os procedimentos racionais iam no sentido da mudança e as(os) profissionais eram entendidas como indutoras de mudanças em face aos desajustados para o reestabelecimento da estabilidade (ANDRADE, 2008). Junta-se a antiga formação imbuída no humanismo cristão ao caráter social da instituição, consagrando as práticas educativas⁵ ao conservadorismo católico característicos do início do Serviço Social brasileiro a ser “tecnificado” com a teoria social positivista advinda do Serviço Social norte-americano, o que foi chamado por Yamamoto (1992) de arranjo teórico-doutrinário, caracterizado pelo ajuntamento do discurso humanista cristão com embasamento técnico e científico da teórica social positivista que secundava o Serviço Social no pensamento conservador, porém agora permeado pelas Ciências Sociais.

No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste. Essa orientação funcionalista foi absorvida pelo Serviço Social, configurando, para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim, uma tecnificação da ação profissional acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (ANDRADE, 2008, p. 11).

Conforme Andrade (2008), os aportes teóricos utilizados pela profissão, embasados na Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), no pensamento conservador e no Positivismo, impediram que a profissão apreendesse a questão social do ponto de vista crítico. Foi a partir de 1945 que o Serviço Social incorporou as técnicas funcionalistas, presentes da Sociologia norte-americana, para instrumentalizar a investigação e intervenção na realidade. Sob ela, entendia-se o controle social através da integração do indivíduo ao bom funcionamento da

⁵ Conforme Andrade (2008, p. 10) são assim chamadas "a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema", com caráter técnico e não mais religioso.

sociedade e o trabalho com grupos sobressaia-se na atuação pensado para interação, para fins terapêuticos e/ou como modo de melhor adaptar o indivíduo ao meio, desta forma o “modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro” (ANDRADE, 2008, p. 12). A influência norte-americana na profissão orientou Serviço Social para integração homem ao meio social. A influência norte-americana difundiu a base técnica da tríade metodológica do Serviço Social de Caso, Grupo e posteriormente a proposta de Desenvolvimento de Comunidade como técnicas e campos de intervenção do Serviço Social. O funcionalismo norte-americano na atuação profissional brasileira seria questionado a partir dos anos 1960 com a preocupação acerca do desenvolvimento social levada pela frustração por não conseguir atender as demandas sociais

Estudos publicados pelos organismos internacionais e pan-americanos foram revelando os problemas de subdesenvolvimento da América Latina, sua dependência em relação aos países hegemônicos e a marginalidade de grande parte de sua população. O desenvolvimento se transformou numa idéia-força que penetrou todos os setores da sociedade. A busca de uma saída para a situação de subdesenvolvimento tornou-se a preocupação dos responsáveis pelas políticas econômicas e sociais dos países sul-americanos (BULLA, 2003, p. 9)

Com o mundo efervescendo numa disputa mundial ideológica, política, econômica e socialmente, o Serviço Social afetado pelas determinações externas questiona o que faz, para quem e do porquê de fazer. Inicia-se um movimento de questionamento do Serviço Social tradicional a nível da América Latina, o chamado Movimento de Reconceituação.

Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente a partir da experiência cubana de 1959, que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esses processos foram tensionados por lutas e movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial, demarcando a expansão e a crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina (BATISTONI, 2017, p. 3-4).

Batistoni diz que o movimento articulou política-profissionalmente a profissão na América Latina sob direção do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* e da *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (Celats-Alaets) em relação ao amplo questionamento da profissão quanto as “finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional” (BATISTONI, 2017, p. 4) do Serviço Social nos países do continente. Ressalta-se aqui elementos como revisão das ciências

sociais, o deslocamento da Igreja católica gerando a laicização da profissão e os movimentos estudantis que se alastravam mundo afora e rebateram na incorporação de tensões de classe e de um novo pensamento.

Em primeiro lugar, a revisão crítica que se processa na fronteira das ciências sociais. Os insumos "científicos" de que historicamente se valia o Serviço Social e que forneciam a credibilidade "teórica" do seu fundamento com a chancela das disciplinas sociais acadêmicas viam-se questionados no seu próprio terreno de legitimação original. (...) O segundo veto que intercorria no processo era o deslocamento sociopolítico de outras instituições cujas vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas - a católica, em especial, e algumas confissões protestantes. (...) Finalmente, *last but not least*, o movimento estudantil: condensadamente, ele reproduz, no molde particular da contestação global características da sua intervenção, todas as alterações que indicamos e as insere perturbadoramente no próprio locus privilegiado da reprodução da categorial profissional: as agências de formação, as escolas (NETTO, 2005, p. 144-145).

A profissão começa a indagar-se frente as novas demandas das expressões da questão social em diversos debates e disputas em níveis teóricos, metodológicos e ideológicos. As disputas em nível teórico perpassam de um lado, a matriz modernizadora, considerando incorporação das determinações das ciências sociais, mas no âmbito do tensionamento em sentido de modernizar o positivismo. E de outro lado, a da matriz crítica, que refuta o positivismo, demonstrando que ele não responde às demandas da realidade latino-americana e que se precisaria entender a realidade a partir da América Latina. Enquanto, metodologicamente a profissão revisa as clássicas técnicas de caso, grupo e comunidade e a termos ideológicos remete-se sob uma perspectiva conservadora ou emancipatória (NETTO, 2005).

No Movimento de Renovação, expressão nacional do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no âmbito da América Latina, o Serviço Social tradicional começa a ser questionado a partir dos anos 1960 repercutindo-se em 3 matrizes teóricas. Chegando ao atual PEP, sob a hegemonia da intenção de ruptura em face a modernização conservadora, caracterizado pela matriz positivista nas abordagens do estruturalismo, funcionalismo e sistêmicas, que eram “voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade” (YAZBEK, 2009, p. 8); e a reatualização do conservadorismo, caracterizada pela matriz da fenomenologia, no qual a profissão “vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos)” (YAZBEK, 2009, p. 8). Enfim, a ruptura com o conservadorismo, sob a égide da vertente marxista, em que propicia a profissão a entender-se inserida na sociedade de classes e parte da classe trabalhadora, dada a

partir do marco do Congresso da Virada⁶ em 1979, inscrita no âmago da luta de resistência contra a ditadura civil-militar brasileira, culminando na direção social hegemônica assumida após os anos 1980 estabelecido no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social na década de 1990, bem como no Código de Ética de 1993 (ABRAMIDES & CABRAL, 2019; NETTO, 2005). Conquanto, tal alinhamento do Serviço Social brasileiro com o marxismo foi primariamente desvinculado de suas fontes originais, ocasionando num marxismo enviesado:

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, que aqui não abordaremos, e que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão (YAZBEK, 2009, p. 10).

Yazbek (2009) relata que é através de Yamamoto e Carvalho em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1982) que o Serviço Social passa a dialogar com a teoria de Marx de modo efetivo, compreendendo o ser social através de mediações, de outro modo, que sua natureza relacional não consegue ser concebida na imediaticidade. É a partir dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, o marxismo enquanto referência analítica, permeia as ações direcionadas a formação acadêmica com o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares e eventos acadêmicos, chegando na regulamentação da profissão no país e com o Código de Ética. Nesse sentido, Yazbek (2009) diz que a tradição marxista direciona um “uma nova qualidade no processo de recriação” do Serviço Social e de avanços na produção do conhecimento na profissão, manifestando-se presente dentro das referências básicas. Adiante, o Serviço Social entra em contato com pensamentos de novos autores que oxigenariam as discussões da profissão:

Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das "experiências humanas", à Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas

⁶ No ano, a oposição ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) organizou-se contrariamente ao seu “caráter conservador e antidemocrático a partir da análise de que, sob a direção tradicionalista e tecnocrática, o CBAS caminhava na contramão das lutas sociais às quais uma parcela significativa da categoria se vinculava e atuava profissionalmente” (ABRAMIDES & CABRAL, 2019, p. 41). Assim, a Comissão de Honra do Congresso foi destituída e se substituiu os representantes oficiais do governo militar que compunham a comissão por representantes dos trabalhadores.

produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos. (YAZBEK, 2009, p. 11)

O contexto histórico após promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda foi demarcada pôr as(os) assistentes sociais encabeçarem posições de planejamento e gestão das políticas públicas ultrapassando a posição de executoras(es) destas. Enfim, ressalta-se que tal hegemonia marxista não ocorre sem a existência de inúmeros debates em vários fóruns acadêmicos e de organização profissional, além de permear a produção intelectual da categoria, num processo que não foi “etapista”, mas que distintas tendências conviviam até a instauração da direção hegemônica. A despeito do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo ter conquistado hegemonia na profissão, ela não tornou a profissão homogênea, de modo que atualmente ainda residem setores da categoria que atuam e defendem o pensamento conservador.

1.3 OS CÓDIGOS DE ÉTICA E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Ressalta-se aqui para o entendimento dos fundamentos da profissão na sua trajetória sócio-histórica compreendermos os fundamentos éticos e filosóficos dos Códigos de Ética Profissional (CEP) que o Serviço Social estabeleceu em seu desenvolvimento. Na história do Serviço Social, observa-se cinco CEP's, os de 1947, 1965, 1975, 1986 e o de 1993. Anteriormente, citamos que o Serviço Social surgiu ligado à Igreja Católica e foi institucionalizado conforme o Estado brasileiro viu-se compelido a responder à questão social que ganhava novos contornos com o período desenvolvimentista do país. Andrade (2008) categorizou o desenvolvimento do Serviço Social em três blocos de periodização: do Doutrinário, d'A Incidência do Metodologismo e Desenvolvimentismo e do Movimento de Reconceituação. Este período de surgimento do Serviço Social no país até 1947 é o que ela denomina de Doutrinário, marcado pela influência da Doutrina Social da Igreja, o ideário franco-belga de ação social e o tomismo e neotomismo como orientadores do pensamento e da ação do Serviço Social tradicional, fortemente ligado com o conservadorismo.

A transição do Doutrinarismo ao Metodologismo, conforme a autora, ocorreria sem maiores conflitos, uma vez que a concepção de história não se alteraria. Este período Metodologista da profissão qualifica-se a partir do primeiro suporte teórico-metodológico imprescindível à qualificação técnica da prática profissional, a matriz positivista advinda dos EUA, que converge a profissão no arranjo teórico-doutrinário. Parece-nos importante denotar sobre o arranjo teórico-doutrinário que nem o conservadorismo nem o doutrinarismo são concebidos como teorias sociais dado que a doutrina se apresenta como uma visão de mundo a

partir de dogmas, fundamentada na fé e que o conservadorismo se configura como uma forma de pensamento e exercício em resposta contrária ao avanço da modernidade, no qual as ações visam preservar a ordem capitalista. Ao passo que teoria social é definida como um:

conjunto explicativo totalizante, ontológico, vinculado organicamente ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa e de seu processo de constituição e de reprodução. A teoria é uma construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e assim supõe um padrão de elaboração: o método. Assim, cada teoria social é um método de abordar o real. Portanto, o método é a trajetória teórica, é o caminho teórico que se observa na explicação sobre o ser social (ANDRADE, 2008, p. 11).

Após a incidência do desenvolvimentismo, a profissão desagua no período do Movimento de Reconceituação na década de 1960 que conformaria o conteúdo do terceiro ao quarto CEP's conforme as matrizes hegemônicas durante o Movimento de Renovação. Até o CEP de 1986, os códigos fundamentavam o Serviço Social no neotomismo e no positivismo e possuíam uma pretensa “neutralidade ético-política”. Barroco (2012) salienta que foi a idealização de uma sociedade harmônica que possibilitou a idealização de fundamentos e valores que partiam de uma concepção essencialista⁷ (essência humana transcendente à história que aplica valores comuns a todos), postos pelo neotomismo, de modo a não contemplar as divergências existentes para objetivação do “bem comum” e da “justiça social”. A autora diz que os pressupostos neotomistas no Serviço Social tradicional coabitaram o positivismo e funcionalismo sustentando uma ética profissional afirmada como neutra. Desta forma o Serviço Social entendendo as contradições da relação capital-trabalho como disfunções e as expressões da questão social como desvios da conduta moral, atuava profissionalmente no sentido da correção, com fim no ideal de bem comum e justiça, que perpassou os CEP de 1947, 1965 e 1975:

III - A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade (ABAS, 1947, P. 1).

Art. 9º - O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais (CFAS, 1965, p. 2).

Art. 5º - São deveres do Assistente Social: (...) VI. Nas relações com a comunidade: (...) b. Participar de programas nacionais e internacionais destinados à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais (CFAS, 1975, p. 6).

⁷ A autora cita que os valores e princípios do pensamento advém de princípios metafísicos e fundamentos a-históricos, assim, apareciam sob a forma de valores de conteúdo universal abstrato extraídos de suas particularidades e determinações históricas, referenciando uma “concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em sua concretude histórica” (BARROCO, p. 44).

O CEP de 1947 é expressão direta do vínculo da profissão com a Igreja Católica, caracterizado pelo doutrinário e subordinação aos dogmas da Igreja, como visto na descrição dos deveres das(os) assistentes sociais: “1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus” (ABAS, 1947, p. 1). O CEP de 1965, vinculado a matriz hegemônica da modernização conservadora no âmbito da Renovação, expressa determinados valores liberais ainda que vinculado com o neotomismo e com o funcionalismo, além de introduzir os princípios do pluralismo, da democracia e justiça sob a ótica liberal:

Art. 5º - No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação.

Art. 7º - Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social

Art. 8º - O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa.

Art. 23º - O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes, emanadas do seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega (CFAS, 1965, p. 2-5).

O CEP de 1975, exprimindo a matriz hegemônica de reatualização do conservadorismo sob a fenomenologia, extinguiu os princípios democráticos-liberais, além de retirar o pluralismo do código anterior:

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade.

O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permita ver a pessoa humana como o centro, objeto e fim da vida social.

Art. 5º - São deveres do Assistente Social: (...) V. Nas relações com instituições: (...) b. Respeitar a política administrativa da instituição empregadora (CFAS, 1975, p. 1-8).

Barroco salienta que apesar dos CEP's anteriores de 1986 apresentarem a pretensa ideia da imparcialidade, o posicionamento político da categoria explicitava-se quando a profissão se deparava “ao que considerava valoroso, positivo ou negativo do ponto de vista dos valores e da sociedade” (2012, p. 46). Isto é claramente visualizado, a exemplo do CEP de 1975, ao eleger sua ideia de bem comum ao mesmo tempo que presa pela ação disciplinadora estatal de dispor

sobre as atividades do Serviço Social, expressão do quadro ditatorial civil-militar da época. Ainda, a autora interpela acerca da acepção dos valores em face dos discursos e das elaborações teóricas, como a concepção de bem comum, uma vez que “Sem a desvelamento da direção social e dos pressupostos teóricos que lhe dão significado e fundamentação, esse termo se torna uma abstração sem conteúdo histórico” (BARROCO, 2012, p. 46).

Conforme a intenção de ruptura ganha forças, engendra-se o CEP de 1986, caracterizado pela descontinuo da tendência legalista instaurada pelo CEP de 1975, apreendendo o caráter político presente na natureza do CEP coletivamente construído:

O presente Código de Ética Profissional do Serviço Social é resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, desencadeado a partir de 1983. Em diferentes momentos deste processo, os Assistentes Sociais foram solicitados através do CFAS/CRAS e demais entidades de organização da categoria a dar contribuições e a participar de comissões, debates, assembléias, seminários e encontros regionais e nacionais. Seu conteúdo expressa princípios e diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente, e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira. Constitui-se em parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais (CFAS, 1986, p. 1).

O código reconhecia-se como parte de um projeto profissional que se vinculava com um projeto de sociedade, de modo que a politização posta revelava a dimensão política do Serviço Social do comprometimento da profissão com a classe trabalhadora, vinculando-se a tradição marxista e passava “a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFAS, 1986, p. 1), uma vez que contexto de redemocratização do país possibilitava tal avanço que no contexto ditatorial fora minado. Dentre as conquistas do novo CEP constava

(...) o rompimento com a pretensa perspectiva ‘imparcial’ dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de ‘pessoa humana’; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (BARROCO, 2012, p. 48).

Tais conquistas seriam imprescindíveis para o desenvolvimento da profissão da década de 1990 e do CEP de 1993. Este formulado em meio a conjuntura do avanço neoliberal na sociedade brasileira e da postura profissional que revelava, através dos processos de debates no interior da profissão, as disputas dentre as tendências profissionais de salvaguardar as conquistas do CEP de 1986 e a de retrocedê-las. No cenário de enfrentamento do neoliberalismo pelo Serviço Social, Barroco (2012, p. 49) comenta que “as bases de sustentação ético-políticas

do PEP passaram a se configurar como forças de resistências em face de um processo de degradação da vida humana e da natureza que iria se aprofundar nas décadas seguintes”. A formulação do CEP de 1993 organizou-o conforme um grupo de princípios, deveres, direitos e proibições que norteiam a comportamento ético profissional, além de proporcionar parâmetros para o exercício no cotidiano profissional e estabelecer os objetivos ético-políticos buscado pelo Serviço Social “circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história” (BARROCO, 2012, p. 53). Para essa estruturação, buscou-se nas bases ontológicas da Teoria de Marx o suporte teórico e fundamentação da inserção da ética e dos valores éticos-políticos no contexto da práxis: “A revisão a que se procedeu (...) partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho” (CFESS, 1993, p. 3). Assim, o código elencou onze princípios fundamentais do Serviço Social:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes (...); Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, (...); Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, (...); Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, (...); Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas (...); Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 3-4)

A emancipação humana⁸ foi indicada como valor central do CEP de 1993 e os princípios foram concebidos concomitante como valores e como formas de viabilizá-la. Nota-se também que no CEP as dimensões do exercício profissional nas instituições sócio-ocupacionais e a ação política coletiva junto das lutas contra hegemônicas da sociedade são articuladas para pensar

⁸ Ressalta-se que ao colocar em pauta a emancipação no CEP, não se afirma que a emancipação humana pode ocorrer dentro do trabalho do Serviço Social, mas a defesa de diferentes níveis de emancipação, social e política, executadas em variados graus dentro da ordem do capital e que se ligam à emancipação humana, de forma que a profissão as coloca como norte do trabalho profissional. Deste modo, “o Código articulou dois níveis de orientação ética profissional que se vinculam organicamente: o presente e o devir mediado pelo trabalho profissional na perspectiva do seu alargamento e no horizonte de sua superação” (BARROCO, 2012, p. 60).

seu projeto profissional e projeto societário que busca por uma ordem societária que supere radicalmente a sociedade burguesa:

É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, 1993, p. 3).

Conforme Barroco (2012), o avanço do CEP de 1993 ao de 1986 é dado pelo estabelecimento das mediações entre projeto profissional e societário, dispondo respostas objetivas ao trabalho do Serviço Social. O CEP evidencia a relação entre valores essenciais e as formas de objetivação nos espaços de trabalho dentro do marco do capitalismo, uma vez que pressupõe que elas não esgotam em si mesmas, no qual “devem ser realizados na perspectiva de seu alargamento, com consciência crítica de seus impedimentos, na direção do fortalecimento das necessidades dos usuários, tratados em sua inserção de classe” (BARROCO, 2012, p. 60).

Destaca-se que as conquistas dos CEP de 1986 e 1993 compõem um processo decorrente de condições históricas favoráveis em maior ou menor grau “à negação do conservadorismo e à afirmação de valores emancipatórios, ora contando com uma base social mais ampla de sustentação, ora se mantendo na resistência política, em busca de estratégias de enfrentamento” (BARROCO, 2012, p. 52). Deste modo, o Congresso da Virada debuta publicamente a atual direção social da profissão, na forma do projeto de intenção de ruptura que se consolida em um processo de ruptura com o conservadorismo. Ainda que a intenção de ruptura não tenha sido capaz de superar completamente o conservadorismo presente na profissão, uma vez que estas matrizes de pensamento ainda estão em disputas e presentes na atuação profissional de alguns segmentos de assistentes sociais, é sob ela que o Serviço Social orienta seu pensamento e sua intervenção, mudando o atual entendimento e o uso de seus instrumentais e técnicas.

CAPÍTULO 2: INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E SERVIÇO SOCIAL

Entender a abordagem com grupos atualmente colocada requer pensar certos aspectos do trabalho profissional. Dessa forma, primeiramente os abordaremos nesse capítulo e depois seguiremos para as formas que o trabalho com grupos desenvolveu na trajetória do Serviço Social, diferenciando o Serviço Social de Grupos, tipicamente do Serviço Social tradicional, até a abordagem com grupos pensada após o Movimento de Renovação, nos marcos do PEPP atual.

2.1 DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL, INSTRUMENTAL DO SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTALIDADE

Entender a intervenção profissional do trabalho realizado pelo Serviço Social requer versarmos sobre seus elementos de formação, nesse sentido, discorreremos acerca das dimensões do trabalho bem como do conceito de instrumentalidade. Santos discute as dimensões do trabalho profissional, entendendo que elas são:

(...) elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. São as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades (SANTOS, 2013, p. 1).

Frisa-se como as dimensões do Serviço Social a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política que permeiam também as expressões do exercício da profissão, formadas pela formativa, investigativa, organizativa e interventiva. A autora reforça que tais dimensões não são separadas, mas formam uma unidade na diversidade, isto é, uma relação profunda entre si, sendo interligadas e interdependentes, nos quais, ainda que tenham suas próprias peculiaridades, âmbitos e natureza específicas, também complementam uma à outra numa relação intrínseca que totaliza o trabalho profissional,

A formação de uma totalidade a partir da unidade entre distintos elementos que, justamente em suas especificidades e diferenças, conformam tal unidade. Elementos que se complementam nas suas diferenças sendo interdependentes ao serem compreendidos como unidade (CARDOSO, 2013, p. 64).

Cardoso (2017) fala sobre o trabalho profissional enquanto uma das práxis realizadas pelo ser humano e como processo de objetivação do ser social, em que o ser humano se distinguiria do ser natural por meio do trabalho, no qual a capacidade teológica para objetivação da previa ideação, transforma a natureza segundo suas necessidades para objetivação do produto final. Nisto, a autora destaca que para consubstanciar essa finalidade, ações são

desempenhadas durante o trabalho pelo sujeito, ações possuidoras de uma intencionalidade que contém uma direção ideo-política. No contexto do Serviço Social, a dimensão ética-político da profissão, trata de “uma opção, que envolve sempre a realização de uma escolha, que parte de uma determinada visão de homem, de mundo e de sociedade, informada por valores ético-políticos que direcionam essa ação, apontando para um projeto de sociedade” (CARDOSO, 2017, p. 47). Mesmo que o sujeito não tenha consciência, suas ações profissionais possuem intencionalidades políticas que as orientam e que fortalecem o movimento de conservação ou de ruptura da ordem social vigente. Os sujeitos dão respostas profissionais com bases em razões e vontades que dirigem a intencionalidade da ação consoantes com as condições objetivas⁹, elas por sua vez são assentadas em explicações e interpretações de mundo que fundamentam os valores ético-políticos. Aqui entra então a dimensão teórico-metodológica:

A visão de homem, de mundo e de sociedade é construída por: a) uma base que explique e interprete a sociedade, seu modo de constituir-se e os possíveis caminhos de intervenção nessa realidade para sua manutenção ou transformação, de acordo com sua intencionalidade; b) um método de análise da realidade, por sua vez, constitutivo de uma teoria social relacionada aos componentes ideo-políticos, conforme acima mencionados. A isto chamamos de dimensão teórico-metodológica (CARDOSO, 2017, p. 48)

Enquanto a teoria possibilita a apreensão do real, a incorporação de um método de uma teoria específica evidencia a unidade entre as duas dimensões, uma vez que se opta por uma teoria que esteja em conformidade com a intencionalidade da prática profissional, concomitante que a intencionalidade se alicerça em uma determinada visão de mundo. Assim, a teoria também possui em si elementos ideo-políticos e uma defesa de um dado projeto societário, não sendo possível então falar de neutralidade da teoria. Cardoso (2017) nos diz que a finalização do que foi antecipado previamente (ainda que distinta do que foi idealizado anteriormente) é viabilizado a partir de componentes técnicos-operativos que são acionados para a execução da ação profissional na relação entre as dimensões ético-política e teórico-metodológica. Tal forma de objetivação, como a intencionalidade e a abstração se manifestam materialmente é o que se chama de dimensão técnico-operativa. A autora entende que essa dimensão se manifesta na relação entre estratégias e táticas determinadas que norteiam o exercício profissional, as condições objetivas nos campos de trabalho e a orientação teórico-metodológica e ético política

⁹ Segundo Guerra, as condições objetivas são as “relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material”, enquanto as condições subjetivas são as “relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras” (2000, p. 1-2).

das(os) profissionais. Além de que a dimensão técnico-operativa também diz respeito as condições subjetivas do profissional.

Ressalta-se que esta dimensão não se reduz aos instrumentos e técnicas utilizados durante o exercício cotidiano das(os) profissionais. A dimensão técnico-operativa operacionaliza o trabalho profissional a partir de “estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação” (SANTOS, 2013, p. 2) que ela abarca e que evidencia uma dada teoria, método, posição política e ética. Contém objetivos como a procura por sua efetivação, bem como condições objetivas e subjetivas para consumação das finalidades intentadas. Ainda, a dimensão técnico-operativa demanda que o profissional compreenda aqueles sobre quem é feita a intervenção, bem como as relações de poder (horizontais e verticais) existentes no âmbito do trabalho, o perfil do usuário atendido (natureza das demandas) e seus modos de vida tal como estratégias de sobrevivência utilizadas, além do conhecimento das atribuições profissionais e a análise e aprimoramento das condições subjetivas próprias do profissional, além de evidentemente os procedimentos e instrumental técnico-operativo (SANTOS, 2013). De modo geral, a dimensão técnico-operativa:

[...] mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências dessa ação -, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais. Acioná-la de modo consequente implica, também, em considerar as demandas colocadas pela população (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 19-20)

Deste modo, em termos de unidade das dimensões, a ação profissional pode ser pensada através de três perguntas: o *Para que fazer?* que responde a intencionalidade e o sentido que se busca com a ação, a direção social que orienta as escolhas (dimensão ético-política); o *Por que fazer?* que diz respeito a compreensão reflexiva do profissional sobre sua ação e o usuário, responde a justificativa da ação e o caminho escolhido a partir do aporte teórico que fundamenta a análise e intervenção, revelando as intenções desta (dimensão teórico-metodológica); e *O que/como fazer?* que liga-se com ao cotidiano profissional e sua intervenção (dimensão técnico-operativa), tendo a resposta variável a depender da resposta das condições objetivas do trabalho e pelas outras duas questões, sem as quais não se poderia pensar no *como fazer*, uma vez que sem elas se faz apenas por fazer (CARDOSO, 2017). É neste sentido então que se pensa as dimensões do trabalho como indissolúveis e interligadas.

Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política). O exercício profissional configura-se pela articulação das dimensões, e se realiza sob condições

subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder as demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam os diversos projetos profissionais (SANTOS, 2013, p. 2)

Destaca-se que as ações profissionais evidenciam o conhecimento teórico-metodológicos e ético-político do profissional, mesmo se este não perceber as concepções e valores que emprega no exercício profissional. Nesta perspectiva, a autora também diz que a dimensão técnico-operativa, por suas especificidades se aproximarem da prática propriamente dita, carrega em si as demais dimensões e as expressa. Cardoso (2017) enfatiza que é ela o “modo de ser” do Serviço Social, no movimento das dimensões do trabalho, tal como é a maneira que se apresenta e é reconhecida socialmente. Dessarte, todos estes elementos possibilitam a dimensão técnico-operativa de ser entendida como a forma sumarizada do Serviço Social:

Tal característica permitiria reconhecê-la até mesmo como uma ‘síntese’ do exercício profissional, pois é composta também pelo conhecimento da categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas do trabalho, pelo projeto profissional, pela ética, pelos valores (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 17).

Logo, a clareza desta discussão nos é necessária na medida que todos os elementos supracitados incidem também no trabalho com grupos. Diante disso, ressaltamos que configura como base para o entendimento do trabalho com grupos em nossa pesquisa a visão dos grupos como um instrumento integrante do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Trindade (2001) concebe o instrumental técnico-operativo do Serviço Social a partir da articulação entre instrumentos e técnicas, no qual temos os instrumentos de trabalho – elemento integrante dos meios de trabalho –, que mediam e potencializam o trabalho, e a técnica – desdobramento dos instrumentos que é diferenciado qualitativamente no percorrer do desenvolvimento das forças produtivas –, entendida como habilidade do ser humano de construir e utilizar os instrumentos. Nota-se que as técnicas se requintam diante do uso dos instrumentos, na medida que estes são impostos à readequação e transformação pelo atendimento das diversas necessidades humanas intencionadas no trabalho. Assim, a técnica é vista pela autora como uma “qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho” (TRINDADE, 2001, p. 3). Dessa forma, empreendemos a técnica como diretamente vinculada com as relações sociais vigentes e o meio, assim, ressalta-se que as diferentes matrizes de pensamento estabelecidas ao longo da profissão influenciaram a forma

que o trabalho com grupos era realizado e com quais objetivos se alinhava. Ainda acerca dos instrumentais e técnicas, aparece-nos como vital observar que:

ainda que as chamadas técnicas sociais apareçam como instrumentos de aplicação imediata, portadores de um poder de racionalização das ações sociais que prescinde de qualquer definição política, seu caráter social está presente desde a sua formulação. É diante das exigências de controle dos conflitos sociais, que se torna necessário o desenvolvimento de uma racionalização da intervenção social. Dessa forma, as técnicas não são portadoras de uma capacidade imanente de alcançar determinados resultados, pois são mobilizadas a partir da capacidade teleológica dos sujeitos, no sentido de pôr finalidades, a partir das necessidades presentes na realidade a ser transformada. (TRINDADE, 2001, p. 6).

Destarte, o uso das técnicas dispõe de conteúdo e direção social que torna inverossímil falar numa suposta neutralidade técnica, uma vez que, no âmbito do Serviço Social, tais instrumentos e técnicas tratam da transformação de comportamento nas relações sociais, incidindo sobre as consciências, logo, temos os instrumentos atendendo a determinados interesses sociais. Isto posto, pontua-se o conceito de instrumentalidade, que conforme Guerra (2000), é entendida como uma dada capacidade ou propriedade caracteristicamente própria da profissão (bem como é constitutiva dela) que é concebida e reconstruída no processo sócio-histórico e não se reduz meramente ao conjunto de instrumentos e técnicas da profissão. Assim, temos a instrumentalidade como:

Uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. A instrumentalidade, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constitui-se numa condição concreta de reconhecimento social da profissão. (GUERRA, 2000, p. 1-2).

Isso não significa dizer que a instrumentalidade é algo próprio do Serviço Social, mas sim a todo trabalho social e que o Serviço Social, por estar inserido dentro da divisão social e técnica do trabalho, possui um conjunto de capacidades constitutivas da profissão que determinam sua função social. É a instrumentalidade que proporciona que as(os) profissionais materializem suas intencionalidades nas respostas dadas no âmbito de suas intervenções nas instituições sócio-ocupacionais que atuam. Guerra (2000) reitera que tal capacidade é obtida através da prática profissional e proporciona que as(os) profissionais transformem as condições objetivas e subjetivas, bem como as relações interpessoais e sociais no nível do cotidiano. É claro para a autora que as(os) profissionais conferem instrumentalidade as ações que desempenham, na medida que transfiguram o cotidiano profissional e da população-usuária, demandantes de sua intervenção, ao atuarem para mudar as presentes condições, meios e

instrumentos de trabalho no sentido do cumprir os objetivos profissionais. Ressalta-se aqui a instrumentalidade como uma mediação que possibilita o exercício profissional crítico e competente para além de ser somente ações instrumentais. Assim, tal concepção significa pensar o Serviço Social como:

totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa, e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais. (GUERRA, 2000, p. 12).

Destarte, dizemos que a instrumentalidade está presente na atuação do Serviço Social quando as(os) assistentes sociais possuem a capacidade de acionar os conhecimentos teórico, ético e político constituídos na trajetória da profissão para utilizarem dos instrumentos e técnicas em suas intervenções no cotidiano profissional, a fim de responder as demandas postas na profissão. Visto que estas aparecem de forma superficial e efêmera, exigindo que as(os) assistentes sociais ajam de modo a desvelá-las e conhecer a realidade como um todo para dar respostas que não se limitam a superficialidade e a imediaticidade.

Dessa forma, o Serviço Social se encontra dentro do processo de reprodução social, uma especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, contexto em que a instrumentalidade é determinada pela dinâmica social, de onde também se originam as demandas posta às(aos) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Diante disso, o instrumental técnico-operativo é acionado para auxiliar no enfrentamento das expressões da Questão Social, dispondo das técnicas e instrumentos como elementos componentes dos resultados concretos gerados pelo trabalho da categoria, na medida que estes mediam e potencializam a intervenção profissional nas relações sociais. Nessa perspectiva, consideramos também que o instrumental técnico-operativo é marcado tanto pelas configurações ocorridas no movimento de transformações da base social, quanto pelos projetos profissionais construídos pelo Serviço Social. Ainda, consideramos que tenha avançado sua compreensão para além de um mero caráter técnico, o instrumental técnico-operativo está associado às demandas estabelecidas ao Serviço Social e às dimensões teórico-metodológicas e ético-política do trabalho. Percebe-se diante disso que os grupos, enquanto instrumento, passaram por formas diferentes de uso, concepção e qualificações atribuídas ao longo da trajetória do Serviço Social,

chegando à abordagem com grupo atualmente concebida, norteadas pela vertente hegemônica da profissão, embora não de forma homogênea.

2.2 O TRABALHO COM GRUPOS

Como dito anteriormente, o Serviço Social brasileiro sofreu influência norte-americana no segundo bloco de periodização da profissão, assim incorporou a tríade metodológica, composta pelo Serviço Social de Caso, Grupos e Desenvolvimento de Comunidade, com vistas a integração do ser humano ao meio social. Entender o trabalho com grupos no Serviço Social requer pensarmos os pontos de vistas de distintos autores acerca do que caracteriza um grupo, buscando qual visão se encaixaria com o trabalho das(os) assistentes sociais. Diante disso, versaremos sobre a trajetória percorrida abordando o Serviço Social de Grupos e a atual abordagem de grupos.

2.2.1 O CONCEITO DE GRUPOS

Vileirine (2016), Eiras (2005) e Moreira (2015) abordam como o campo de estudos que se deteve acerca dos grupos foi fortemente marcado por intelectuais ligados à sociologia, educação e especialmente a psicologia. Moreira (2015) e Eiras (2005) nos dizem que os estudos acerca dos grupos residiram especialmente nas disciplinas da psicossociologia e da psicologia social, autores com Lewin, Cartwright, Zander e Homans influenciaram as(os) assistentes sociais que se detiveram a estudar sobre os grupos. Porém suas abordagens eram vistas a partir da ótica do fenômeno social em vez de seu caráter prático-instrumental. Assim, pautada grandemente no positivismo, os grupos eram vistos como organismos vivos em que os integrantes efetuavam determinadas funções em relação aos outros membros. Nesse sentido, todas as pessoas da sociedade participam de diversos grupos sociais que existem para satisfazer as necessidades humanas que não se poderiam resolver de forma individual, logo, uma instância que conecta o indivíduo ao coletivo.

Seguindo a mesma linha analítica, é correto dizer que os objetivos individuais são inerentes à natureza humana. Deste modo, os objetivos podem ser alcançados individualmente ou requererem a cooperação e o auxílio de terceiros. Fato este que, conseqüentemente, leva o homem ao grupo. Os autores positivistas consideram a atração que é exercida pelos grupos como um elemento importante. Tal atração tem origem tanto nos indivíduos que integram o grupo como nas atividades que desenvolve este grupo e — ao considerar que a sociedade exerce controle sobre todos os grupos — por motivos que são externos ao próprio grupo. A coesão ou não de um determinado grupo está intimamente ligada à atração exercida por ele (MOREIRA, 2015, p. 65).

Tal visão dos grupos adequa-se aos interesses do ideário burguês, especialmente em relação ao campo da produção capitalista, no qual estes estudos e métodos visavam a maior eficiência empresarial a partir da participação de trabalhadores e empregadores em direção ao sucesso da empresa, no qual todos os sujeitos desse processo teriam os mesmos objetivos finais. Moreira (2015) salienta que na visão destes autores, as definições psicossociais tradicionais acerca de dinâmicas de grupo se detêm no entendimento que ao as pessoas se comunicarem e trocarem informações, elas estão se movimentando e aprendendo e, como aonde existe uma interação existe dinâmica, assim a dinâmica de grupo é entendida em seu movimento.

Vileirine (2016) ao pautar o tema do trabalho com grupos, retoma o entendimento de alguns autores para melhor entender tal instrumento. O pensamento de Enrique Pichon Rivière, psiquiatra francês, entende os grupos como um “conjunto de pessoas, ligadas entre si por constantes no tempo e no espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe, de forma explícita ou implícita uma tarefa que constitui sua finalidade” (RIVIÈRE, 1988, p. 177 *apud* VILEIRINE, 2016, p. 133). Nesse sentido, o trabalho é dado por um grupo operativo, centrado na tarefa (entendida no sentido de cura/diagnóstico/aprendizado) que passaria pela interpretação das fantasias inconscientes, logo, eminentemente atuação da psicanálise. Já o de Ignacio Martín Baró, psicólogo e padre jesuíta de El Salvador, percebe o grupo como uma estrutura social com vínculos robustos entre os integrantes, quando se tem a consolidação de uma relação de confiança e segurança, e que representam uma totalidade que não é meramente a somatória das partes. Nele, os membros canalizam as necessidades individuais próprias de suas realidades que no processo de trabalho do grupo se tornam interesses coletivos. Além de também haver “referência à tarefa exercitada pelo indivíduo no contexto do grupo, tornando-se consciente da sua condição de cidadão, e propiciando a todo grupo a capacidade de ampliação da autonomia” (VILEIRINE, 2016, p. 133). Enquanto Calderón e De Govia percebem o grupo quando ações encadeadas são realizadas por dois ou mais indivíduos a partir de metas instituídas (diferente de metas próprias dos indivíduos), sendo imprescindível a cooperação entre os membros em sentido de satisfazer as necessidades materiais e psicossociais que por sua vez, são o que une os sujeitos em um grupo. Desta forma Vileirine aponta que nesta visão:

Um grupo está constituído quando seus membros atribuem significado para as ações, quando há prazer em encontrar-se para tratar de reflexões e tarefas com objetivos coletivos. A cooperação nos objetivos coletivos é resultado das necessidades impostas pelas condições materiais de sobrevivência, num processo que não esvazia o sentido das suas metas individuais (VILEIRINE, 2016, p. 134).

O autor salienta que para esta perspectiva, a visão de mundo da(o) profissional é tratada apenas como uma perspectiva individual, distante da necessidade real enfrentada pelos usuários, uma vez que as(os) assistentes sociais se encontram em uma realidade concreta diferente dos usuários, que atua nesta pelo cargo de servidor público e retira-se para retorna a sua realidade. Assim, as(os) assistentes sociais não viram automaticamente porta-voz daquela população atendida.

Pensando um entendimento acerca dos grupos consoante a atual vertente hegemônica do Serviço Social, Eiras (2005) retoma sobre as disciplinas que as produções intelectuais quanto aos grupos se concentraram, apontando que estas se ligaram a perspectivas sócio-históricas mediante críticas internas do campo de estudo e junto do debate com outros referenciais teóricos após a Segunda Guerra Mundial, porém ainda com certas limitações:

Contudo, talvez pela própria organização e institucionalização dessas disciplinas, vinculadas à pesquisa aplicada ao campo das organizações burguesas, cuja referência são as formas sócio-institucionais empresariais (dentre outros objetivos, destaca-se a busca da eficiência dos bem-sucedidos formatos empresariais, envolvendo a participação de todos – trabalhadores e empregadores – para o sucesso organizacional), nem sempre elas apresentam uma análise das suas implicações sócio-institucionais e das conseqüências políticas e societárias (em relação à escolha de projetos societários) em termos da vinculação às classes sociais ou aos interesses de classes que elas representam (EIRAS, 2005, p. 305).

As produções teóricas dos movimentos com práticas ligadas aos movimentos populares e de massa, bem como os eventos históricos como a Revolução Francesa (1789), a Primavera dos Povos (1848), a Comuna de Paris (1871), o Maio de 1968 trouxeram “a ‘experimentação’ de modos coletivos de exercício do poder, de modos descentralizados de ação, independentes da emergência de lideranças fortes” (EIRAS, 2005, p. 305). O Movimento Institucionalista e Grupalista¹⁰ afetado por estes elementos, especialmente o campo da Análise Institucional¹¹, teceu críticas as concepções e procedimentos da psicossociologia francesa, inclusive nas produções acerca dos grupos e das práticas grupais. Assim, utilizando das produções teóricas advindas deste movimento, Eiras pensou os grupos numa perspectiva marxista e considerou como relevante para a compreensão quatro pontos:

¹⁰ Este movimento, conforme Eiras (2005) e Moreira (2015), questionou as práticas institucionais instauradas na Europa da década de 1940, especialmente no âmbito da saúde mental, tal como as instituições psiquiátricas e de asilo, e da educação, em sentido das relações de ensino presentes nas instituições.

¹¹ Eiras diz que a vertente francesa da Análise Institucional foi responsável por produzir referências críticas ao conceito que se tinha dos grupos “envolvendo a perspectiva histórica, política e a dimensão organizacional/institucional como atravessamentos institucionais presentes nos estabelecimentos sociais onde essas práticas se desenvolvem” (2005, p. 305).

a) Os grupos e as práticas grupais estão em constante movimento, clivado por tensões, as quais envolvem as relações de poder, os processos históricos de dominação e exploração. Os grupos se apresentam como espaços de convergência atravessados por tensões num movimento contínuo e contraditório, numa “unidade” clivada pela diversidade. A apreensão desse movimento coloca em evidência a perspectiva dialética como recurso metodológico nas elaborações teórico-operativas sobre os grupos e sobre as práticas grupais; b) Os grupos e as práticas grupais tendem a organizar-se em formas sócio-institucionais próprias, embora atravessadas mutuamente, que tendem a se tornar autônomas, influenciando inclusive, os horizontes éticos e políticos que as constituíram; c) Os grupos e as práticas grupais, enquanto fenômenos coletivos, instauram diferentes processos grupais, passíveis de observação, de conhecimento e de intervenção, constituindo uma área de produção teórico-operativa capaz de fomentar habilidades específicas para o trabalho com grupos, qualificando-o como trabalho profissional; d) O trabalho profissional com grupos, necessariamente, alimenta-se da compreensão sobre os grupos e sobre as práticas grupais nas sociedades capitalistas, e inclui a abertura permanente ao conhecimento dos grupos no sentido de apreender as singularidades e as particularidades de cada intervenção circunscrita sócio-institucionalmente nos diferentes espaços sócio-ocupacionais existentes e pertinentes às diferentes profissões (EIRAS, 2005, p. 312-313).

Além disto, é pertinente a visão de Moreira do que caracteriza um grupo, dada como “instrumento de trabalho, definido a partir da presença simultânea de indivíduos em uma mesma atividade socioinstitucional coordenada por um ou mais profissionais e que apresente período de duração, objetivo(s) e metodologia(s) definidos” (MOREIRA, 2015, p. 73-74). Tal definição parece-nos alinhada com a de Amorim, que fala do trabalho com grupos enquanto “trabalhos com enfoque para a intervenção a partir de pessoas que são atendidas em uma sessão coletiva e que foram ali dispostas por possuírem uma identidade de grupo comum” (AMORIM, 2013, p. 12). Destacamos aqui ainda, a visão de Magalhães (2003 *apud* MOREIRA, 2015) salienta o grupo como sendo um instrumento de comunicação oral abrange mais de uma pessoa e têm objetivos conforme a identificação das demandas postas pelos usuários, a listagem das prioridades e a coleta de dados, promovendo um espaço reflexivo acerca do cotidiano vivido bem como as formas de enfrentamento das circunstâncias constatadas, através da troca de experiências, além de ensinar experiências de relações horizontais e solidárias aos membros.

A visão de Silvia Tatiana Maurer Lane afirma que “o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (indivíduo sozinho x indivíduo em grupo) [...] toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam” (LANE, 1984, p. 78 *apud* VILEIRINE, 2016, p. 136). Nesse sentido, Vileirine (2016) frisa o grupo como uma condição necessária para que se possa entender as determinações sociais que incidem sob os usuários, assim como sua ação enquanto sujeito histórico. Assim, o trabalho com grupos possibilita, através dos relatos de seus cotidianos, a aproximação da realidade que os usuários vivem, entendendo situações antes desconhecidas:

O assistente social pode então olhar o ser humano histórico individual numa relação intrínseca com seu meio ambiente. A construção é recíproca quando o homem é o grande modificador do mundo e também é diariamente forjado pelo mundo. Mas as pessoas – individuais nos grupos humanos – podem muitas vezes perceber o mundo como uma realidade objetiva pronta, acabada e exterior; distante da sua atuação individual. O cidadão comum, diariamente oprimido pelo peso das tarefas necessárias à sobrevivência, pode não perceber que a realidade é produzida e construída pela sua própria ação (VILEIRINE, 2016, p. 136)

Partindo destes elementos, delimitamos o trabalho com grupos no âmbito do Serviço Social consoante a definição dada por Amorim (2013), entendendo-o enquanto o trabalho realizado a partir do instrumento de grupos, no qual a intervenção profissional acontece por meio de atendimentos coletivos de usuários, seja em sessão única ou encontros continuados, em que os integrantes são reunidos por um ou mais traços comuns, seja em relação a suas identidades, como gênero ou faixa etária, ou em relação a problemas enfrentados resultante das expressões da Questão Social, como situação de vulnerabilidade socioeconômica, uso abusivo de substâncias psicoativas, situação de violação de direitos etc. Consideramos ainda que este tenha passado por diversas formas ao longo da trajetória profissional, deste modo, ressaltamos que o trabalho com grupos na direção intencional pelo Serviço Social impõe o direcionamento de que a realidade concreta é construída pelo ser humano, logo, modificável. Ou em outras palavras, contribuir para a tomada de consciência dos sujeitos acerca da capacidade humana de modificação da materialidade. Fica-nos claro aqui então a vitalidade de entender o fato de as ações desempenhadas na prática de trabalho evidenciarem o conhecimento teórico-metodológico e ético-político do profissional e da relação interligada e interdependente das dimensões do trabalho profissional a discutida na seção anterior.

2.2.2 O SERVIÇO SOCIAL DE GRUPOS

Entendendo as práticas sociais do Serviço Social tradicional compostas por ações humanizantes com sentido de minimizar e negar os antagonismos engendrados pelo capitalismo e atuação desvestida de percepções sócio-históricas num processo de adaptação dos sujeitos ao meio com orientação e gestão dos conflitos mediante “técnicas de ajuda”, Silveira e Vieira (2016) definem a intervenção profissional do período como uma resposta paliativa da profissão que, conforme o avanço da questão social, apresentou a adoção do trabalho com grupos, já exercícios na Europa e EUA, a medida que o Serviço Social sofria das influências norte-americanas. As autoras apontam que o começo do trabalho com grupos na sociedade estadunidense tinha como finalidades a resolução de problemas pessoais dos integrantes e de possibilitar interiorização, através da interação, dos valores difundidos do país, ao passo de no

contexto brasileiro o trabalho com grupos consistiu especialmente de grupos recreativos e de lazer. Até então, as abordagens do trabalho profissional eram circunscritas especialmente no atendimento individualizado, conforme a influência norte-americana, o Serviço Social manifestava-se nas formas da tríade metodológica a partir da década de 1940.

Esses métodos reduziam as potencialidades da ação profissional, mascaravam os fundamentos da sociedade com base capitalista e as contradições a ela inerentes. Transformavam o Serviço Social em ações fragmentárias e de especializações (assistente social de ‘caso’, ou de ‘grupo’ ou de ‘comunidade’), desconectando instrumentais e técnicas da visão de totalidade e de leitura de contexto social (SILVEIRA e VIEIRA, 2016, p. 11).

Como pode-se notar pela publicação do CBCISS1 (1972), nomeada “O ensino da dinâmica de grupo a assistentes sociais”, as reflexões das(os) assistentes sociais tiveram influência positivista acerca do tema dos grupos até a década de 1970 e pouco mais da de 1980. A finalidade do trabalho girava em torno do indivíduo independentemente de quais ações eram desempenhadas e o viés da ajuda rondava o exercício profissional das(os) assistentes sociais de grupo, embora diferente do modelo primordial com ações de persuasão e coerção, uma ajuda que Moreira (2015) define como “menos autoritária”, porém que ainda era guiada pelo perspectivas conservadoras. Desde modo, o Serviço Social tinha como reflexões profissionais à época que

(...) consideravam que um dos principais problemas da sociedade estava situado no inadequado funcionamento dos grupos. E que os estudos e pesquisas sobre a questão da interação humana poderiam ajudar as pessoas a serem mais eficientes tanto nas suas relações quanto no seu trabalho. A terminologia “dinâmica de grupo” utilizada nestas reflexões referia-se ao “estudo teórico-prático das relações sociais dos indivíduos em grupo” (MOREIRA, 2015, p. 67).

Nesta perspectiva, a dinâmica de grupo, advinda dos EUA no término da década de 1930, foi produto de um desenvolvimento executado em diversas profissões que tinha como finalidade favorecer o entendimento dos membros dos grupos acerca dos fenômenos sociais, instruindo os sujeitos sobre novos comportamentos por meio da vivência. Assim, Moreira (2015) aponta que a dimensão pedagógica do trabalho das(os) assistentes sociais é evidente no trabalho com grupos. Cirqueira (1981 *apud* MOREIRA, 2015) atesta que a bibliografia que se deteve sobre o tema dos grupos no âmbito do Serviço Social foi influenciada predominantemente pela corrente funcionalista até a década de 70, com ressalva a alguns momentos de interpretações crítico-reflexivas à ordem capitalista (como Dupont e Kisnerman). Conforme Moreira (2015), de modo geral, as(os) autoras(es) atribuíam como objetivo ao Serviço Social de Grupos a instituição de “relações positivas funcionais” e consertar

“disfunções”, observando o atingimento de metas e entendendo o grupo tal qual um sistema social com fim a auxiliar para uma condição de funcionamento adequada do sistema maior (ordem burguesa) que o grupo integra.

[...] o trabalho de grupo, desde suas origens, foi um movimento utilizado para atender aos sintomas ou às disfunções provocadas por uma estrutura social em mudança. A recreação, sobretudo a tendência a ocupar o tempo livre da classe operária que surgia com a sociedade industrial, bem como os movimentos de juventude com o objetivo de prevenir a delinquência juvenil são indicadores de que o Serviço Social de Grupos surgiu com a função de contribuir para a manutenção da continuidade estrutural, cujo equilíbrio estava ameaçado pelos problemas sociais ou disfunções surgidas. Esta função era atingida mediante os serviços preventivos, recreativos e de educação cívica, e implicitamente contribuíram para estabelecer a relação entre a parte (a população carente) e o todo [...] (CERQUEIRA, 1981 *apud* MOREIRA, 2015, p. 69)

Moreira (2015) elucida-nos acerca das transformações nas maneiras que as(os) assistentes sociais atuavam no trabalho com grupos durante três períodos a partir do apontamento esquemático que Zélia Torres se deteve em sua pesquisa em 1977. O primeiro período, compreendido de 1955 a 1962, o trabalho era pautado na lógica da ajuda psicossocial individualizada, conforme traços típicos do Serviço Social tradicional, e alinhava-se ao contexto da época, guiando-se pela construção de bases necessárias para o progresso almejado no “cinquenta anos em cinco” conforme o governo JK, com grupos votados para desenvolver “habilidades e técnicas manuais voltadas para uma relativa capacitação da mão de obra, como a de costura, bordado, culinária etc” (MOREIRA, 2015, p. 71). O serviço Social de Grupos, apesar do nome era atuado pela orientação baseada na observação, intervenção e interpretação de elementos individuais dentro dos grupos, sobressaindo-se técnicas que frisavam o âmbito individual, a exemplo de entrevistas, encaminhamentos, avaliações dentre outras.

Já a segunda fase, enquadrada de 1963 a 1967, é vista pelo autor como momento transitório entre a primeira e terceira fase de modo, possuindo elementos de ambas. Nesta, o trabalho era influenciado pelo estrutural-funcionalismo, num cenário de “difusão de uma política cultural sob influência dos países capitalistas centrais e a proliferação das correntes neopositivistas (sobretudo no que tange às universidades)” (MOREIRA, 2015, p. 71); sendo o momento do afloramento da Modernização Conservadora, com predomínio dos instrumentos e técnicas no âmbito metodológico e, no âmbito ideológico, tendência reformista que as alimenta. Moreira diz que as estratégias aqui valorizavam a recreação, uma dimensão lúdica da ação que preocupavam as(os) assistentes sociais mais com a interação do que com o relacionamento.

E a terceira fase que contava com as transformações recentes no trabalho com grupos que Torres verificava a época de sua pesquisa na altura da década de 1970, que embora não

explicitado o ano exato de término, iniciava-se após 1968. Tem-se uma maior disseminação da Modernização Conservadora no trabalho com grupos e junto da “pedagogia da participação”¹², que embora encontrada também na fase anterior, aqui é maior desenvolvida, mesmo o Serviço Social aqui ainda sendo concebido como “um conjunto de conhecimentos científicos e técnicas psicológicas e sociológicas aplicados através do processo de ajuda social à solução das situações-problemas” (DANTAS, 1970, p. 11 *apud* MOREIRA, 2015, p. 72). O trabalho com grupos na década seguinte se alteraria com a nova direção social da profissão.

2.2.3 A ABORDAGEM DE GRUPO

As transformações ocorridas na profissão após emersão da Intenção de ruptura, no âmbito do Movimento de Renovação, levaram o conservadorismo no Serviço Social a ser revisto nos termos de aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos. Neste processo, conferiu uma nova direção social para a profissão, bem como consolidou a teoria social crítica como hegemônica no Serviço Social, que repercutiu em transfigurações do trabalho profissional, incluindo o trabalho com grupos.

Esse processo de transformação pelo qual passou o Serviço Social em nosso país — e que teve como traço diferencial a apropriação da teoria social marxista no conjunto de suas elaborações profissionais — teve reflexos diretos na cultura profissional e reaproximou os assistentes sociais das abordagens presentes na educação popular baseada na proposta pedagógica de Paulo Freire (MOREIRA, 2015, p. 85).

Neste sentido, deflagrou-se alterações na forma que os grupos eram tomados por meio de um processo de profunda resignificação através destes dois fatores supracitados que ofereceram novas perspectivas para o trabalho com grupos na profissão. Esta intenção de ruptura desencadeou a “negação do ‘Serviço Social de Grupo’ como um ‘método’, assim como a superação da concepção que colocava o “assistente social de grupo” como uma especialização profissional” (MOREIRA, 2015, p. 84-85), que pensou o grupo enquanto um instrumento integrante do arsenal técnico-operativo da categoria que pode ser utilizado no processo de intervenção profissional. A negação das vertentes hegemônicas anteriores ainda provocou o distanciamento de técnicas utilizadas previamente, assim alguns setores da profissão passaram a enxergar os grupos como elementos característico das práticas conservadoras do Serviço Social anteriores à nova vertente hegemônica profissional e que deveria ser evitado.

¹² Moreira ressalta que esta é desenvolvida e consolidada através da proposta de Desenvolvimento de Comunidades que vinha sendo pensada no começo da década de 1960.

a utilização da Abordagem com Grupo nos dias atuais no Serviço Social ainda é considerada polêmica, na medida em que, na atualidade, haveriam alguns indícios de que parte dos assistentes sociais ainda demonstram certa resistência na utilização desse instrumento. Uma das possíveis respostas para isso seria a de que essa resistência existiria em função de uma suposta associação dessa técnica ao contexto do Serviço Social Tradicional e/ou às práticas terapêuticas (AMORIM, 2013, p. 13).

Evidentemente, os grupos não são instrumentos de trabalho restritos ao passado da profissão, mas guardam em si um grande potencial de trabalho condizente ao PEPP, revelando-nos que o que diferencia o atual trabalho com grupos do passado é a técnica conferida nesse instrumento e o seu direcionamento, conforme previamente abordamos na discussão de instrumentos e técnicas no subcapítulo anterior.

As revisões no Serviço Social não significaram o abandono dos diferentes instrumentais de trabalho, entre eles o atendimento individual, o trabalho com grupos e de organização comunitária/social. Paulatinamente, a ação profissional passou a considerar amplo acervo técnico-operativo, porém, com a exigência de sintonia deste com a realidade social em suas demandas e necessidades sociais. (SILVEIRA e VIEIRA, 2016, p. 11)

Com vista em especificar qual a qualificação dos grupos conferida no âmbito da intervenção profissional estamos tratando, seguiremos na mesma direção empregada por Amorim (2013) de diferenciar a nomenclatura para o trabalho com grupos “especialmente para tentar cercar o escopo da análise com ênfase nas manifestações do uso dessa técnica nos dias atuais e assim tentar desvincular o referido recurso das suas utilizações na acepção vinculada ao ‘Serviço Social Tradicional’” (AMORIM, 2013, p. 12-13). Desta forma, utilizaremos do termo “Abordagem de Grupo” para nos referirmos ao atual trabalho com grupos alinhado ao PEPP. Vale ressaltar que os grupos na trajetória da profissão não passaram a ser um instrumento, sempre o foram, embora não fossem vistos dessa forma até a ruptura com o conservadorismo. A alteração do entendimento acerca do seu uso, de forma que a atual abordagem difere do Serviço Social de Grupos na medida que possui uma técnica, que se alinha ao PEPP, ampliando-se para além da ação fragmentada, com fim em si mesmo e de adaptação dos usuários ao meio social, tem também como ponto vital a noção das(os) assistente sociais carregarem suas ações profissionais de instrumentalidade que passou a ser discutida no decorrer dos anos após o deslanche do projeto da intenção de ruptura. Visto todos estes elementos, destacamos a abordagem de grupos como importante parte integrante do trabalho do Serviço Social, estando inclusive disposto no art. 4º da Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão no território nacional:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

(...) III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos, e à população;
(...) V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (BRASIL, 1993, p. 1).

Assim, passamos então para abordar elementos que integram a abordagem de grupos. Vileirine (2016), com base em Lane (1991), aborda a ideia de estágios de desenvolvimento do grupo: Grupo Aglutinado (líder propondo ações coletivas e os membros passivamente esperam por soluções), Grupo Possessivo (líder coordenador das funções e tarefas demandando maior participação e interação, junto de conhecimento mútuo), Grupo Coesivo (aceitação mútua de integrantes presando pela manutenção da segurança alcançada, resultando em um fechamento que dificulta entrada de novos integrantes) e Grupo Independente (acúmulo de experiências que propiciam a autogestão do grupo, liderança democrática, atenuação das relações de dominação e surgimento de novas metas ao passo que as antigas são atingidas). Contudo o autor ressalta que tal ideia pode propiciar o entendimento do grupo num enquadramento de etapas de evolução que não necessariamente possui correspondência à materialidade, portanto deve ser entendida apenas por modo didático para servir de orientação para a autonomia do grupo, ressaltando-se que a(o) assistente social deve gradualmente compartilhar o trabalho de liderança que assume no início do grupo com os integrantes “de forma a propiciar a evolução grupal e efetivar um processo de autogestão independente do profissional” (VILEIRINE, 2016, p. 141).

Ressaltam-se ainda seis aspectos importante para pensar o grupo na abordagem de grupos. O primeiro deles é a Identidade Grupal, que consiste na cristalização das características que constituem a aparência para o grupo, relaciona-se diretamente com o sentido de pertencimento – quando integrantes sentem que fazem parte do grupo e que sua presença é primordial para o trabalho – e é formada durante o processo em que concepções e objetivos comuns aos membros são afirmados, no qual a identidade grupal é engendrada em meio ao processo de formação do grupo que revela utilidade direta e transformadora na vida dos integrantes. Aqui a(o) assistente social pode “influenciar na formação da identidade grupal na medida em que opera sobre os modos de organização interna – liderança e distribuição do poder – no grupo, mediando a influência exercida pelos seus componentes ou pelas instituições. (VILEIRINE, 2016, p. 141). Em segundo, a Comunicação, referente as falas e expressões, constituem um componente primordial para formação da identidade grupal, uma vez que é vital para o trabalho “fluidez de opiniões, ideias e valores” coletivamente combinados com os objetivos intentados. Vileirine aborda o trabalho da(o) assistente social aqui no sentido de auxiliar para concretização de um “relacionamento cooperativo, estimulando as falas e ao

mesmo tempo observando as expressões fisionômicas dos participantes” (VILEIRINE, 2016, p. 142). Pela heterogeneidade de pensamentos, comportamentos, valores etc. entre os integrantes, regras são estabelecidas para constituição do contrato do grupo, a fim de que possa ser oferecida a segurança necessária para convivência entre os membros. Vileirine então define as regras e o contrato com grupo como o terceiro aspecto, frisando que este contrato deve ser construído coletivamente pelos usuários nas regras firmadas que irão estabelecer as relações interpessoais postas e funcionamento em geral do grupo, tal como o horário e constância das reuniões, direitos e deveres dos integrantes.

Acerca do quarto aspecto, bem como a(o) profissional deve manter sigilo profissional na sua atuação como estipulado no artigo 16 do Código de Ética, o autor indica que a(o) assistente social deve “propiciar acordos com relação ao sigilo entre os participantes do grupo” (VILEIRINE, 2016, p.142). Ligando-se as regras e contrato do grupo, o sigilo dos conteúdos e situações abordadas nas reuniões é um ponto a ser definido junto dos integrantes, anterior as ações a serem realizadas, sob a forma de compromisso dos usuários

“(…) faz-se necessário o sigilo entre os participantes do grupo na medida em que o fortalecimento dos seus vínculos favorece a emergência de assuntos particulares que serão compartilhados entre todos. A cumplicidade conquistada nestes casos propicia a evolução do grupo e fortalece a sua identidade. Portanto, esta cumplicidade deve ser assegurada e protegida de revelações a terceiros, sobretudo, considerando que a vida privada é tradicionalmente um foco instigante para a curiosidade das pessoas” (VILEIRINE, 2016, p. 142).

Como quinto aspecto, Vileirine (2016) explicita o sucesso de uma abordagem de grupo marcada também pela definição dos papéis entre os integrantes. O autor aborda dois papéis, sendo o primeiro do observador, como o sujeito que deve auxiliar o trabalho, tal como atentar-se acerca do desenvolvimento da reunião, perceber a forma que os integrantes interagem em si em seus comportamentos, expressões e omissões, além de ser sensível ao clima que se forma no grupo e intervindo quando necessário. Já no que se refere ao papel de coordenar, o autor diz que

(…) caracteriza-se pela responsabilidade de conduzir todo o processo de aprendizado, mediando as falas e expressões dos participantes rumo ao objetivo previsto para determinado encontro. Existem várias qualidades e comportamentos que devem ser marcantes no papel de coordenador, entre as quais destacamos: o respeito à diversidade de pensamento, a atitude de compreensão, abertura para o diálogo, crença nas capacidades dos participantes de aprender na convivência grupal, evitar o paternalismo ou autoritarismo, manter o foco não desviando dos objetivos, promover e incentivar a participação, não se apresentar como portador de todas as soluções dos problemas, incentivar o surgimento de novos líderes, promover a igualdade na aplicação das regras do contrato, criar ambiente favorável ao exercício da cidadania durante as decisões no grupo (VILEIRINE, 2016, p. 143)

O autor salienta que os papéis não são meramente determinação institucional, mas incorporados, vividos e em acordo com as distintas situações experienciadas no decorrer do desenvolvimento e evolução do grupo, sendo voláteis, quem é em um momento pode não ser em outro. Assim, embora o papel de coordenador possa ser desempenhado em grande parte pela(o) assistente social, podem existir determinados momentos e atividades realizadas que não o seja, em casos que usuários que ocupem o lugar de liderança possam assumir este papel conforme o decorrer do trabalho ou uma liderança surgir potencializada pelo papel de coordenador.

É neste sentido que Vileirine (2016) aborda como sexto aspecto: a liderança. A partir de três tipos: a) a liderança democrática favorece a participação de todos os integrantes no processo de tomada de decisões. Esta liderança ainda propicia o entendimento do exercício da democracia, uma vez que ele “será percebido pelas pessoas nas pequenas atitudes do cotidiano do grupo, quando devem ter espaço para expressar suas ideias e posteriormente submetê-las a decisão da maioria” (VILEIRINE, 2016, p. 144), desempenhando um “papel pedagógico vivencial” acerca de organização política e participação democrática; b) a liderança autocrática, caracterizada por decisões unilaterais desconsiderando opiniões do restante do grupo, de forma que o poder é concentrado em uma única pessoa ou em um pequeno grupo; c) já na liderança laissez-faire as decisões acontecem ao acaso, o que propicia de não serem seguidas pelos integrantes e que nada de fato seja decidido. Assim, o trabalho com grupos consoante o PEPP exige de uma(um) assistente social que promova processos de lideranças democráticas em detrimento das lideranças autocráticas e laissez-faire, atuando para alternar as lideranças do grupo e conferir aos usuários a possibilidade “tomar as rédeas de condução das decisões na sua comunidade ou instituição” (VILEIRINE, 2016, p. 144).

É importante ressaltar ainda que o trabalho com grupos compõe atividades ou ações que direcionam tanto a transformação externa, na comunidade ou instituição, e interna, das necessidades dos usuários e aspirações almejadas. Além disso, o autor destaca que o planejamento e execução do grupo deve contar com: um objetivo a ser alcançado sempre que houver uma reunião; pensar as demandas individuais como interesses coletivos; cuidado ao abordar conteúdos que não são específicos do trabalho social ou não se relacionem com o projeto; ter calma para conseguir lidar com as distintas personalidades dos usuários; e fazer registro das evoluções que acontecem no grupo.

Na abordagem de grupos, destaca-se as reuniões enquanto instrumento coletivo de reflexão, provocando o pensamento crítico, que, em cada espaço em que é realizada, manifesta

aspectos a depender da relação com outros instrumentais utilizados e de como a (o) profissional a conduz. A partir disto, Vileirine (2016), utilizando da crítica de Paulo Freire à educação vertical, aborda as distintas formas de pensamento presentes âmbito do grupo e que a(o) assistente social deve considerar uma atuação que não seja impositiva, mas propicie a reflexão dos usuários:

Portanto, por mais que enquanto profissionais capacitados tenhamos conhecimento sobre os processos de constituição da sociedade, não somos donos da verdade ou legítimos conhecedores das necessidades de um grupo. Precisamos respeitar, sobretudo, o pensamento da população. Ao contrário de impor verdades, destacamos a capacidade do assistente social em promover reflexão no grupo, trazendo elementos de questionamento da realidade local, confrontando os interesses individuais e os interesses coletivos para finalmente compreender as metas do grupo (VILEIRINE, 2016, p. 135-136).

Ressalta-se que os objetivos de uma reunião devem estar esclarecidos para os integrantes a fim de que ela não seja confusa e sem foco, desmotivando a participação dos usuários e esvaziando futuros encontros. Neste sentido, Souza (1991) diz da necessidade de adotar uma “agenda sugestiva” que estimule o debate acerca do cotidiano vivido pela população, pois assim a atividade realizada não será o objetivo da reunião, mas uma estratégia que suscita o processo de reflexão. Além disto, é vital que a condução da reunião se dê de modo democrático e participativo, abrindo margem para interação dos integrantes, além de que as ações realizadas não terminem em si e demandem continuidade em outras reuniões.

Considerando o aporte teórico-metodológico do Serviço Social, o trabalho com grupos envolve a atividade continuada de trocas entre seus componentes e a difusão de conhecimento, de forma a contribuir para um processo educativo a partir das experiências e do conhecimento dos sujeitos. O processo educativo na organização de grupos é perpassado pelo caráter democrático e participativo, proporcionando novas percepções da realidade e das formas como nos relacionamos com ela. (...) O que realmente importa ao pensarmos sobre o Serviço Social com grupos é valorizar o encontro do grupo como espaço educativo, onde os indivíduos passam a ter a oportunidade de novas experiências e novas relações em sociedade. É um espaço que envolve a ressignificação dos valores e percepções do mundo. O grupo é também espaço de prazer, pois todo o processo educativo, de aprendizagens para a vida social, também se configura, ou, assim deve ser, de forma prazerosa, contemplando, desse modo, todas as dimensões do humano (SILVEIRA e VIEIRA, 2016, p. 16).

Vileirine (2016) entende que para a eficácia das reuniões, certas medidas devem ser adotadas, como: divulgar e entrar em contato pessoalmente com usuários, informando a intenção da reunião; pensar a infraestrutura em que a reunião ocorrerá, planejando antecipadamente fatores como alimentação, transporte e cuidado com as crianças dos integrantes; escolha de horários que propiciem a participação dos membros; realizar uma

reunião dinâmica, com acolhimento apropriado e motivar usuários para participarem tanto na organização como na avaliação do grupo.

Ressaltamos a importância de destacar na reunião também o momento da avaliação como sendo um processo de melhoria contínua, que deve provocar mudanças na dinâmica do trabalho para que possa ser bem vista pelo grupo. Em processos onde há encontros contínuos é necessário adotar o retorno do resultado da avaliação para o grupo, pactuando mudanças almejadas como horário, dinâmicas, forma de condução. Também são problematizados aspectos que eram bem vistos por alguns e indesejáveis para outros (VILEIRINE, 2016, p. 147)

Destaca-se que tais medidas não se restringem unicamente como elementos da abordagem de grupo, mas também podiam estar presentes em momentos anteriores do trabalho com grupos. Apesar de que, ainda que pudessem ser alvo de preocupações das(os) assistentes sociais nos diferentes períodos, as motivações para isso se distinguem à medida que as formas de pensar o trabalho profissional partem de pontos diferentes em cada época.

Algumas técnicas utilizadas nos dias de hoje por assistentes sociais quando atuam com grupos de usuários já tinham recebido atenção metodológica há tempos atrás. No passado, a preocupação com o ambiente físico, por exemplo, ocorria em função da necessidade de as pessoas verem-se umas às outras e, com isso, sentirem-se à vontade. Aconselhava-se que os membros do grupo se posicionassem em círculo, evitando assim a existência de um lugar de destaque. Mesmo que as estratégias sejam semelhantes, apesar da distância temporal, as diferenciações são bem delineadas: o círculo no “Serviço Social de Grupo” tem uma função notadamente emocional, e, mesmo quando se propõe a ausência de um lugar de destaque, esta observação não deriva, por exemplo, da avaliação de que um lugar separado dos demais (como a figura de um professor em frente às fileiras das carteiras dos alunos em uma sala de aula tradicional) pode reforçar a hierarquização das relações interpessoais e de saber no grupo (MOREIRA, 2015, p. 77-78).

Em suma, o papel da(o) assistente social é entendido então como agente mediador e protagonista do processo de trabalho que se utiliza da abordagem de grupos, em que os grupos são percebidos como um importante instrumento de trabalho que possibilitam a construção do conhecimento e diversas formas de pensar e experienciar o mundo, fortalecendo espaços de reflexão que fomentam a possibilidade de transformação social. Torna-se claro aqui que a relação entre profissionais e o trabalho com grupo percorre toda a história do Serviço Social, uma vez que é pelas relações sociais que o ser humano consegue criar e fortalecer vínculos entre si, além de conectar-se com distintas perspectivas de vida, bem como trocar informações e se enxergar no outro. A abordagem de grupos guarda em si todos estes potenciais de trabalho e pode estar plenamente alinhado com a construção societária e emancipação humana, devendo a(o) profissional conferir instrumentalidade às ações de trabalho desempenhadas para tornar o trabalho com grupos consoante o PEPP.

CAPÍTULO 3: A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ATUALIDADE

A fim de determo-nos mais acerca da abordagem de grupos, abordaremos primeiros os desafios enfrentados pelo Serviço Social que afetam a intervenção profissional e pautas de luta. Depois, seguiremos para analisar sistematizações de exercícios-profissionais que utilizaram dessa abordagem em diferentes áreas de atuação.

3.1 OS DESAFIOS DA PROFISSÃO NA ATUALIDADE

Iamamoto (2004) e Yazbek (2009) nos falam da fase do capitalismo atual definindo-a pela regressão de direitos e desmantelamento das conquistas históricas alcançadas pela classe trabalhadora em prol da proteção do mercado e do capital, em que seu domínio se coloca como exemplo único da democracia, das liberdades e da civilização. A reestruturação do processo de acumulação num capitalismo mais globalizado, trouxe aos anos 1980 e 1990 um terreno favorável para a regressão neoliberal que repercutiu em mudanças das políticas sociais através da deterioração das bases dos sistemas de proteção social. Um cenário de avivamento da investida em resposta à organização coletiva das classes dominadas, em que as desigualdades acentuadas implicam o crescimento do número de sujeitos desprovidos de direitos civis, políticos e sociais num processo arquitetado pelo imperialismo em que o neoliberalismo se apodera dos Estados Nacionais e se impõe enquanto único meio para o crescimento econômico, mesmo que o ônus seja incendiado nas condições de vida das populações.

Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e, em especial, de nossas sociedades na América Latina. Na contra-tendência de um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de “ajustes estruturais” por parte dos Estados. Preconizadas pelos países imperiais por intermédio dos organismos multilaterais, essas políticas dão livre curso ao capital especulativo financeiro, destituído de regulamentações e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais (IAMAMOTO, 2004, p. 2).

Um mundo cada vez mais globalizado demandou um Estado obediente aos direcionamentos neoliberais, ao passo de ser robusto internamente para implementar tais exigências à nível nacional e contrapor/rechaçar os conflitos e protestos da maioria da população, em detrimento da soberania dos países. Um processo que nos revela a falácia neoliberal em defesa de um Estado mínimo, com operação do minimalismo do social como forma de enfrentar a globalização da economia, com um Estado forte dando sustentação ao sistema financeiro para atuar no campo social, em outras palavras, um Estado mínimo para o social e máximo para capital.

Abramides e Cabral (2019) apontam que o cenário de ofensiva do capital na década de 1990 trouxe a reestruturação produtiva a termos da acumulação flexível, desaguando no desemprego estrutural, precarização do trabalho nas modalidades de terceirização, temporário, contrato por pessoa jurídica em detrimento da CLT e trabalho informal sem carteira assinada como meios de resposta à crise do capital a nível internacional, em sentido de recuperar as taxas de lucro. Em termos de nível nacional, as autoras ainda enfatizam que o neoliberalismo esteve presente nos governos subsequentes a sua implementação, mesmo nos alinhados com progressismo:

Sua investida na esfera do Estado se firmou por meio de contrarreformas, do Estado, trabalhista, previdenciária, do ensino superior, com retração de direitos sociais e trabalhistas, com privatizações, de acordo com a programática neoliberal para a América Latina em 1989. (...) O neoliberalismo no Brasil iniciou-se no final do Governo Sarney, em 1989, se estendeu no Governo Collor de Mello e de seu sucesso Itamar Franco, se aprofundou e se consolidou, estruturalmente, nos dois governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e teve sua continuidade nos dois governos de Lula e um governo e meio de Dilma Rousseff, ambos do PT. EM que se Ressalvem os programas sociais implementados nos governos de Lula e Dilma, estes não foram acompanhados de uma política estruturante de emprego e de políticas universais, como as de saúde e de educação, o que os efetivou como programas sociais compensatórios. Seus governos, por meio do social ou neodesenvolvimentismo, se constituíram na outra face do neoliberalismo, já que mantiveram seus pilares e empreenderam uma política de conciliação de classes de favorecimento do capital (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 50)

Denota-se também que o projeto neoliberal é fruto da reestruturação política e ideológica conservadora do capital frente ao decréscimo da rentabilidade e “governabilidade” no contexto da década de 1970, marcado pela crise capitalista vivenciada. O caráter conservador de tal projeto se explicita em duas formas:

(...) de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental (IAMAMOTO, 2004, p. 2-3)

Nesse sentido, as conquistas sociais passam a ser vistas como gastos sociais excedentes responsáveis pela “crise fiscal” dos Estados. Tal processo submeteu as políticas sociais às medidas de estabilização econômica em que o âmbito social ficou imputado à filantropia e a solidariedade da sociedade civil, junto de, por parte do Estado, programas seletivos e focalizados quanto ao combate à pobreza, na contramão do estabelecido pela Constituição de 1988. É difundido o pensamento de que o bem-estar social é alçada dos próprios individuais,

famílias e comunidades, não devendo o Estado atuar para atender as necessidades sociais, mas ser alcançada por meio do mercado e da filantropia, em detrimento dos direitos sociais. Assim, o pensamento liberal atíça um processo que Yazbek (2009) chama de “refilantropização do social”, em que os direitos sociais são convertidos em dever moral sob um processo de despolitização da questão social que não mais é vista como questão pública, política e nacional.

É nesse sentido que a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado. As conseqüências do trânsito da atenção à pobreza da esfera pública dos direitos para a dimensão privada do dever moral são: a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial, a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista e a regressão dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2004, p. 3).

Esta conjuntura trouxe o desafio ao Serviço Social de entender os fundamentos do capitalismo contemporâneo quanto “às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral” (YAZBEK, 2009, p. 15) responsáveis pelo aumento das desigualdades e da despolitização da questão social ao abordá-la afastada do mundo público e das esferas democráticas de representação e de lutas de interesses na relação entre estado e sociedade. O contexto de alternativas privadas e do processo de refilantropização quanto a área social aludiu o crescimento do Terceiro Setor (organizações não governamentais de iniciativa privada sem fins lucrativos atuantes no setor social, criadas e mantidas muitas das vezes por ações de voluntariado) e criação de novas estratégias programáticas, tal qual as distintas modalidades dos programas de Transferência de Renda, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Auxílio-Gás etc. (YAZBEK, 2009).

Esse cenário de transferência da responsabilidade do governo para sociedade civil é denomina por Iamamoto como “mercantilização do atendimento às necessidades sociais. Assim, a sociedade civil é vista como um agrupamento de diferentes organizações que se complementam, isenta de conflitos e tensões de classe em que a solidariedade predomina. Neste processo, tem-se a coesão social e um forte apelo moral consoante ao “bem comum” em um discurso que “corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes” (IAMAMOTO, 2004, p. 32)

Iamamoto (2004) ainda diz que essa clara tendência de distanciamento das ações governamentais públicas historicamente conquistadas pela classe trabalhadora em abrangência

universal para o trato das necessidades sociais em direção ao âmbito da privatização, instaurando critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais, também concebe *alterações no processo de trabalho do Serviço Social*. A progressiva “mercantilização do atendimento às necessidades sociais”, posta pela privatização das políticas públicas, metamorfoseia os serviços sociais, expressos como direitos da cidadania, vinculando a população usuária à condição de consumidor ao inseri-los na lógica de “compra e venda de mercadorias”. Isso afeta diretamente na forma que o trabalho da(o) assistente social desempenha em seu cotidiano profissional, uma vez que as condições de trabalho são indissociáveis da contrarreforma do Estado:

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio - o do mercado -, mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços (IAMAMOTO, 2004, p. 33-34).

Nesta lógica, o que passa a prevalecer são os direitos que estimulam a condição de consumidor. Ressalta-se que nesse quadro, o grande capital ao aplicar-se nos serviços sociais afirmar uma preocupação humanitária, concomitante a expansão dos níveis de rentabilidade das empresas, assim, moralizando sua imagem social, numa nova faceta da velha artimanha de transformar propósitos e interesses de determinadas classes e grupos sociais como sendo propósitos e interesses do conjunto da sociedade.

Alinhado aos desmontes dos direitos sociais, outra característica de vital importância para a conjuntura é o quadro de transformações nas relações de trabalho através da desregulamentação dos mercados de trabalho no país, processo de precarização do trabalho que afetaram também o Serviço Social:

(...) no quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. (YAZBEK, 2009, p. 18-19).

É nesse contexto que, a profissão se deparou após a década de 1990 com o desafio de consolidar o PEPP, no qual, de modo comitente tornou Serviço Social robusto e maduro nas suas discussões com base na teoria social crítica com avanços e acúmulos, mas deparou-se com

novas questões colocadas pelo período. Perpassou-se pelas ciências sociais na contemporaneidade a chamada “crise” dos modelos analíticos, com emergência do pensamento pós-moderno¹³, especialmente em uma versão neoconservadora, com características que são engendradas e são concatenadas com a eclosão da acumulação flexível:

Outro desafio do trabalho do Serviço Social ligasse ao cenário vivido quanto ao financiamento das políticas sociais em que as(os) profissionais trabalham. Tal cenário exacerbou-se com o golpe parlamentar de direita em 2016 que resultou no impeachment da presidenta Dilma e subida ao poder de Michel Temer que “de 2016 a 2018, com celeridade, foram por ele emanados projetos e decretos demolidores de direitos sociais e trabalhista, como lei de terceirização e da contrarreforma trabalhista (...)” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 52), e sobretudo a medida econômica do Teto de Gastos, mantida pelo Governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro caracterizado por medidas que visavam a “destruição de todos os direitos historicamente conquistados” (ABRAMIDES e CABRAL, 2019, p. 52). Salvador (2024) nos diz que na década de 1990 ficou nítido medidas econômicas, que vigoram até hoje, que apontam o cenário de desmantelamento da estrutura do financiamento dos direitos sociais que havia sido determinada pela instauração da Constituição de 1988.

O ataque à garantia de recursos orçamentários para assegurar os direitos sociais foi objeto das políticas econômicas neoliberais após a CF de 1988. Destacam-se as políticas fiscal e monetária, em que a primeira imprimiu uma série de medidas institucionais de contenção dos gastos sociais e de aumento da carga tributária indireta, enquanto a segunda praticou elevada taxa de juros (SALVADOR, 2024, p. 7).

Percebe-se que a política fiscal é de suma importância dentre as políticas econômicas para o neoliberalismo em seu controle do Estado, é por ela que o Brasil emerge em uma política econômica de ajuste fiscal permanente que limitou o crescimento dos gastos sociais do governo concentrando a maior parte dos recursos do fundo público para pagar os juros e encargos da dívida pública, comitente que não concentra esforços de tributar os setores mais abastados da

¹³ [O pensamento pós-moderno] questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Estes questionamentos se voltam contra os diferentes "modelos" explicativos por suas macroabordagens apontando que nestas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, os fragmentos da vida enfim. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do micros social (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da felicidade dos homens (YAZBEK, 2009, p. 19).

população ou até mesmo eliminando os que já existem. Salvador (2024) aponta que a austeridade fiscal foi retomada ainda no governo Dilma, mas é a partir da Emenda Constitucional 95 que o país adentra a era da austeridade fiscal.

Com o golpe de 2016 e a ascensão ao poder do Presidente Temer, ocorre um recrudescimento da ofensiva do capital, voltando com carga a ortodoxia neoliberal com brutal corte de direitos sociais, sobretudo, no campo do financiamento das políticas sociais. O ajuste fiscal permanente é fortalecido com as medidas de austeridade, como o congelamento dos gastos sociais, por meio de uma alteração na Constituição, que foi denominada de Novo Regime Fiscal (NRF), conforme a EC 95, também conhecida como teto dos gastos. O NRF inviabiliza a vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados na CF de 1988, ao congelar as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por vinte anos, limitando-se a correção pela inflação (SALVADOR, 2024, p. 9).

Doravante o teto de gastos acontece de modo efetivo o desfinanciamento do orçamento das políticas sociais no país. Instaurado por Temer e dado continuidade por Bolsonaro, a emenda constitucional é substituída no terceiro mandato do presidente Lula pela política econômica encaminhada ao Congresso visando instituir um suposto regime fiscal sustentável com fim a garantir a estabilidade macroeconômica junto de gerar condições “apropriadas” do crescimento socioeconômico no país, no chamado pela equipe econômica do governo de Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Ressalta-se, de acordo com o autor, que a proposta não foi debatida junto da classe trabalhadora e movimentos sociais e sindicais e teve como sujeitos prioritários além do Congresso, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) bem como representantes do mercado financeiro e seguiu o mesmo discurso neoliberal¹⁴. A implementação do NAF, embora um pouco diferente do Teto de Gastos, manteve seus compromissos com o capital:

O NAF, ainda que mais flexível no ajuste fiscal quando comparado à EC 95, segue a política de austeridade, ao impor entraves permanentes para o crescimento dos gastos públicos sociais no âmbito da União, como o impedimento de acompanhar a variação das receitas governamentais. Tudo isso para viabilizar a retomada de resultados primários positivos, a fim de garantir a sustentabilidade da dívida pública e a captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos para os rentistas (SALVADOR, 2024, p. 16).

Tal quadro de ataque as políticas sociais relacionam-se diretamente com os desafios enfrentado pelo Serviço Social, tanto por tais medidas minarem o acesso aos serviços públicos

¹⁴ Nas palavras do autor: “O NAF segue a velha ladainha neoliberal, baseada em dois mitos, o falacioso entendimento de que a gestão estatal das finanças públicas deve ser igual à administração do orçamento doméstico ou empresarial. (...) Além da crença na fada da confiança, isto é, um forte ajuste fiscal aumentaria os investimentos, contrariando as evidências empíricas de que o investimento é puxado pela demanda de produtos e serviços e na expectativa de lucros” (SALVADOR, 2024, p. 14)

e sociais de qualidade pelos usuários, bandeira de luta defendida pela profissão, mas também por debilitarem o trabalho como um todo das(os) assistentes sociais nos âmbitos das políticas sociais e diminuem o lastro de possibilidades que as(os) profissionais podem desempenhar.

Ademais, embora seja uma característica presente em toda trajetória da profissão, vale ressaltar, como desafio enfrentado ainda pelas(os) profissionais, os entraves no exercício profissional no cotidiano de trabalho pelas instituições em que atuam, seja com relação às correlações de força presente nas instituições, superiores que possam discordar e/ou dificultar as ações desempenhadas, seja em aspectos das condições objetivas oferecidas pelo campo de trabalho

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na sua condução de seu trabalho – o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional - os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detêm poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização – salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. E oferecem o back-ground de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho no marco de sua organização coletiva. Portanto articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados (IAMAMOTO, 2004, p. 23-24).

Em níveis mais próximos do cotidiano profissional, um grande desafio que se impõe é sensação de despreparo e a criação de subsídios para se pensar o exercício profissional. Iamamoto ainda na década de 1990 abordava tal aspecto:

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do Assistente Social (IAMAMOTO, 1998, p. 52).

Cardoso (2017) aponta que na década passada esta realidade não tinha se alterado, e consideramos que atualmente tal sensação ainda se mantém. Vicente e Cardoso (2010) nos trazem que não de forma ocasional as(os) assistentes sociais manifestam-se insatisfeitas(os) com sua formação em termos de perspectiva de preparação para o “fazer” profissional

Diante dos desafios encontrados, os assistentes sociais interpretam como suas as dificuldades, qualificando-as como falta de habilidade ou de capacidade técnica para criar, executar, ou manusear instrumentos e técnicas, que se traduzem numa busca incessante pelo aprendizado ou a descoberta de ‘fórmulas’ para este ‘fazer’. (VICENTE e CARDOSO, 2010, não paginado).

Tal cenário fomenta a busca por metodologias de ação, propostas de intervenção, técnicas e instrumentos para atuação por parte das(os) profissionais ao não se considerarem suficientemente preparados para o exercício profissional, o que pode engendrar problemas com a qualidade do trabalho oferecido aos usuários ao as(os) profissionais darem mais ênfase em uma determinada dimensão do trabalho. Cardoso (2017) e Yamamoto (1998) apontam que a ênfase na dimensão técnico-operativa proporciona uma “perspectiva praticista”, a ênfase na dimensão teórico-metodológica propicia uma “perspectiva teoricista” e a ênfase na dimensão ético-política concebe uma “perspectiva politicista” da profissão.

[...] o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo – são fundamentais e complementares entre si. Porém, aprisionados em si mesmos transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas das dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que necessitam ser ultrapassadas: o teoricismo, o militantismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 1998, p. 53).

Tal situação ainda pode fomentar o equívoco no tratamento da dimensão técnico-operativa e na prática profissional da(o) assistente social enxergar essa dimensão como sendo a responsável pela competência do profissional. Trata-se de um erro enxergar as dimensões do trabalho como uma sendo maior ou menor que as outras, por restringir a compreensão do trabalho profissional em sua totalidade, e conforme Cardoso, acaba “reduzindo consequentemente, a construção de possibilidades concretas e competentes para o exercício e a formação profissional” (2017, p. 45), uma vez que, como abordado em sessões anteriores, as dimensões são indissociáveis e interdependentes.

Acerca da sensação de despreparo instaurada, consideramos que a formação generalista possibilitada pelas Diretrizes Curriculares mune as(os) assistentes sociais para o trabalho nas diversas áreas de atuação e instituições sócio-ocupacionais através da visão crítica engendrada no âmbito da graduação para análise da realidade e possibilidades de trabalho no campo. Assim, o enfoque não direcionado para uma única área viabiliza um trabalho com mais capilaridades das políticas sociais e tal sensação, embora não frívola, deve ser uma questão enfrentada durante a formação continuada que o exercício da profissão exige. Silveira e Vieira apontam que os novos rumos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, e isso inclui a abordagem de grupos, “sintetizam o alinhamento da profissão com a realidade social. A permanente sintonia e qualificação profissional são exigências da realidade social” (2016, p. 12) uma vez que o Serviço Social é chamado a participar no enfrentamento das expressões da questão social, preparando-se para tanto, logo se impõe para a profissão um perfil profissional consoante com os objetivos aludidos no PEPP:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 1998, p. 49).

Portanto, entendemos como possível de superar tal desafio cotidiano profissional, devendo as(os) assistentes sociais acionarem os diversos instrumentais de trabalho, dentro os quais a abordagem de grupos, de forma a alinhar suas ações e estratégias de trabalho às necessidades e situações reais da população usuária, estando atentas(os) aos problemas, desafios e demandas específicas da comunidade, indivíduos ou grupos com quais trabalham. Sendo necessário ainda, atuarem de forma integrada e em parceria com os sujeitos que interagem em seu exercício profissional, levando em considerações suas experiências e necessidades, em outras palavras, não apenas em uma ação isolada da(o) profissional, mas uma atuação em conjunto e em sintonia com os usuários assistidos com quais se trabalha.

3.2 A ABORDAGEM DE GRUPOS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Adiante, prosseguiremos para analisar o uso da abordagem de grupos por diferentes autores em áreas de atuação distintas. Ressaltamos o baixo número de produções que se detenham acerca de experiências da abordagem de grupos no cotidiano profissional e que não apenas versem sobre as formas que o trabalho com grupos assumiu no Serviço Social em sua trajetória sócio-histórica. Desta forma, denotamos os achados referentes a este sentido nos trabalhos de Araújo (2020), Garcia (2024), Gelsleichter e Gomes (2019), Kist (2008), Moreira (2015), Nunes et al. (2001) e Silva e Mesquita (2023), que se dividem nas áreas da saúde, da assistência social e da educação.

3.2.1 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA SAÚDE

Destaca-se que o trabalho com grupos, além de presente na Lei de Regulamentação da profissão, também é previsto como competência profissional na cartilha desenvolvida pelo CFESS acerca dos atendimentos profissionais na área da saúde, intitulada de “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de saúde”, no âmbito de ações socioeducativas:

Essas ações [socioeducativas e/ou educação em saúde] consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens

individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática. (...)

No desenvolvimento de ações socioeducativas pelos assistentes sociais, destacam-se as seguintes atividades:

- sensibilizar os usuários acerca dos direitos sociais, princípios e diretrizes do SUS, rotinas institucionais, promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de grupos socioeducativos; (...)
- realizar atividades em grupos com os usuários e suas famílias, abordando temas de seu interesse (CFESS, 2010, p. 54-56).

Desta forma, trabalharemos aqui as experiências da abordagem de grupos em campos de trabalho na área da saúde a partir das sistematizações de Araújo (2020), Garcia (2024) e Silva e Mesquita (2023).

Araújo (2020) nos aponta sua intervenção profissional no Grupo de Apoio aos Pais (GAP) com famílias que acompanham suas crianças e adolescentes com deficiência auditiva que passam por tratamento de reabilitação da audição e da fala no âmbito do Centro SUVAG do Rio Grande do Norte. No contexto desse campo de trabalho, existem diferentes intervenções dos profissionais da equipe multidisciplinar da instituição em consonância com a Política Nacional de Proteção a Saúde de 2006, a qual objetiva promover a qualidade de vida reduzindo a “vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais” (PNPS, 2010, p. 17). As intervenções também se relacionam com a Política Nacional de Assistência Social de 2004, no que se refere à prioridade da matricialidade sociofamiliar enquanto centro das atividades desenvolvidas e de ser “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.41).

A abordagem citada por Araújo (2020) é realizada através de grupos multifamiliares que se reúnem duas vezes por semana no turno da manhã e da tarde, em média com 45 minutos cada encontro, durante o período de março a novembro desde 2015. Compõe a equipe que gerencia o grupo uma assistente social, uma psicóloga e uma fonoaudióloga, com vinte e quatro participantes, se dividindo em doze pessoas no turno da manhã e doze pessoas no turno da tarde. O perfil dos usuários consiste em pessoas que possuem renda que varia conforme o recebimento de benefícios de transferência de renda ao BPC, desde pessoas sem nenhuma escolaridade até ensino superior completo, na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade.

As ações são realizadas de forma equivalente em cada turno e a sistematização dos grupos tratados no texto pela autora se refere ao período do primeiro semestre de 2019. As atividades realizadas nos três primeiros encontros consistem em explicação do que se trata o grupo e aplicação de questionários de autorrespostas para identificação das necessidades

familiares dos usuários em conjunto com a fonoaudióloga e em decorrência a definição junto dos usuários os itens que seriam debatidos, tal qual a ordem, a execução e formato das ações; a partir das análises dos resultados. Ressalta-se aqui a intencionalidade da autora de envolver os membros do grupo no planejamento das ações e definição democrática destas que vai em concordância com o objetivo estipulado pela assistente social para o encontro de “despertar o sentimento de pertencimento das famílias como parte integrante do processo grupal, estabelecendo uma relação horizontal entre profissionais e participantes” (ARAÚJO, 2020, p. 158). Percebe-se também que a abordagem aqui utiliza de datas próximas das reuniões como forma de engajar discussões acerca de temas que talvez os usuários em outros contextos não tivessem contato ou oportunidade, a exemplo das discussões sobre o abuso sexual infantil em alusão ao 18 de maio no sétimo encontro. Ainda foram discutidas no âmbito do grupo as políticas de assistência social e de educação enquanto direitos sociais conquistados, embasadas no resgate histórico da Constituição Federal 1988, bem como propiciou discussões quanto ao tema da educação para a percepção crítica dos usuários quanto a Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) e como esta afetava o ensino público pela precarização. Buscou-se debater as consequências desse processo para pessoas com deficiência auditiva, o que não somente utiliza da abordagem de grupo para o desenvolvimento crítico dos usuários, como alinha as discussões com suas realidades vividas, elementos que Vileirine (2016) aponta como necessários na abordagem do grupo como tratamos na seção anterior, na medida que a assistente social utiliza do grupo como instrumento que

(...) traz a consciência de direitos e deveres e reavivam noções de cidadania e comunidade através de ações socioeducativas, levando os sujeitos imersos no tratamento de seus familiares a repensarem seu cotidiano de modo crítico, o que em grande medida retoma o protagonismo da família no processo de (ha) reabilitação da audição e da fala, ao mesmo tempo em que fortalece vínculos de solidariedade entre essas unidades familiares (ARAÚJO, 2020, p. 161).

O uso da abordagem da profissional ainda concentra esforços para definir o trabalho realizado junto de grupos enquanto estratégia de socializar as informações relevantes aos usuários que se conectam ao possuírem demandas em comum, visto suas composições familiares contarem com a presença de pessoas com deficiência auditiva e ainda propiciar reflexões que desenvolvam o processo de autonomia das famílias e construção de pensamento crítico alinhado à defesa dos direitos sociais.

(...) o GAP vem apresentando como resultado das intervenções, o desenvolvimento do pensamento crítico, uma visão de cidadania com relação aos direitos e deveres, autonomia das famílias envolvidas, envolvimento das famílias participantes para com

o tratamento das crianças e adolescentes em (ha) reabilitação da audição e da fala, crescimento por meio da cooperação e do apoio mútuo, e maiores informações sobre projetos, programas e serviços, especialmente voltados para a pessoa com deficiência auditiva (ARAÚJO, 2020, p. 161).

Já Garcia (2024), buscou explorar a abordagem de grupos com homens conduzindo-a em uma Unidade Básica de Saúde em Jardim Comercial (São Paulo) com objetivo que mirou a promoção do bem-estar masculino, desconstrução de estereótipos de gênero e promoção de relações igualitárias e empáticas e entendeu o grupo enquanto ferramenta que considerava as dinâmicas de poder e identidade que surgem no contexto destes sujeitos, pensando-o no sentido da transformação social e promoção de formas de masculinidades sadias e inclusivas. O assistente social conduziu o grupo em encontros semanais com usuários, estruturados de forma que se explorou os temas da masculinidade, relações interpessoais, saúde mental e desenvolvimento pessoas dos sujeitos.

Embora sintamos falta de um registro mais detalhado das informações, o autor aponta como resultados do grupo o potencial dos grupos de instigar para a reflexão crítica das identidades masculinas ali contidas, bem como o fortalecimento de redes de apoio e solidariedade entre os membros, além de fornecer um espaço seguro para que os usuários expressem suas vulnerabilidades e desenvolvam habilidades emocionais e sociais. O grupo aqui então é encarado como forma de oportunizar mudanças sociais à medida que pode conferir aos usuários o reconhecimento e desafio de normas tradicionais de gênero num ambiente que os inclua para o conhecimento de suas identidades de gênero, bem como de suas vivências e experiências de vida. Entretanto, não fica claro se a abordagem de grupos desempenhada por Garcia (2024) se circunscreve exclusivamente aos processos pedagógicos e de reflexão nos usuários ou também engloba a identificação de suas necessidades e mediação para o acesso a serviços e direitos sociais. Em todo caso, ressaltamos como aparece aqui os apontamentos de Moreira (2015) quanto aos processos pedagógicos no uso dos grupos no âmbito do Serviço Social:

Ao profissional comprometido com os processos pedagógicos de caráter emancipatório cabe a tarefa permanente de dialogar, que por sua vez implica na disposição de falar e ouvir, de dar voz e vez, em uma reflexão individual e grupal, possibilitando a elaboração e o fortalecimento de culturas centradas em valores solidários e coletivos. É justamente a incidência no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, ou seja, no campo da cultura, que se alargam as possibilidades para o assistente social colocar-se na função de um intelectual capaz de possibilitar ao usuário a percepção de contradições que se apresentam na realidade devidamente fetichizada por influência da ação da ideologia (Moreira, 2013, p. 117).

Em Silva e Mesquita (2023), a residente em Serviço Social relata sua experiência ocorrida na equipe multiprofissional dentro da Unidade de Doenças Infectocontagiosas e Parasitárias, no Serviço Ambulatorial Especializado, do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) em Alagoas, dentro do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde na área do Adulto e do Idoso da Universidade Federal de Alagoas (UFAL,) em que é aplicada a abordagem no Grupo de Adesão Conviver, junto a pessoas vivendo com HIV. A residente conta que o programa é composto por 40 residentes em Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Farmácia, vinte de primeiro e vinte no segundo ano, divididos em equipes de cinco integrantes que conta com um indivíduo de cada uma das áreas.

Em Silva e Mesquita (2023) se aponta que os grupos de adesão utilizados na instituição são caracterizados por serem “formados por usuários(as) que apresentam a mesma condição, tendo em vista possibilitar o compartilhamento de vivências e conhecimentos por meio das trocas de experiência entre os integrantes, favorecendo o fortalecimento de vínculos entre usuários(as) e profissionais da equipe” (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 48). O grupo iniciou em 2016, possui formato fechado em que é composto pelos usuários do HUPAA, da equipe do setor e dos estagiários e residentes. Dentre as estratégias elaboradas para as reuniões da abordagem de grupo são apontadas rodas de conversa, palestras e dinâmicas para o enfoque dos temas, estes sendo decididos coletivamente pelos integrantes, não mantendo-se meramente a questões de doenças, mas podem abarcar distintas áreas o conhecimento. Denota-se ainda que a organização das atividades realizadas nas reuniões engloba os membros do grupo não somente no planejamento, como na execução e avaliação das ações desenvolvidas.

A equipe precisa de integração entre os membros para garantir a integralidade da atenção à saúde, por meio das múltiplas intervenções e da interação através da comunicação, da articulação das ações e da cooperação. Nesse sentido, as reuniões de planejamento das ações e os encontros com os membros do Grupo de Adesão Conviver estimularam o fortalecimento dos vínculos entre usuários/as, integrantes da equipe multiprofissional e profissionais efetivos da UDIP/HUPAA através do diálogo, da troca e da construção de saberes (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 49).

Percebe-se no texto o esforço de utilizar da abordagem de grupo como forma de superar o atendimento centrado unicamente no enfoque médico-clínico no trabalho em equipe e alinhado a uma concepção ampliada de saúde, que possibilita a análise dos determinantes sociais da saúde que infligem a realidade dos usuários e “suas interações na conjuntura em que estão inseridos(as), a partir do conhecimento de suas possibilidades e limitações na busca por atendimento em unidades de saúde, indo além do olhar centralizado nas ações diagnósticas e curativas” (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 47). Em Silva e Mesquita (2023) se ressalta ainda

que na abordagem de grupos desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, cada profissional integrante da equipe de trabalho possui competências e atribuições próprias diferenciadas para desempenhar as ações referentes a sua área de atuação. Assim, é necessário ter clareza não somente no trato destas, mas também nas competências e habilidades dos demais profissionais, como também reconhecer suas necessidades profissionais, visando a atenção integral a saúde dos usuários. Desta forma, o trabalho em equipe multidisciplinar implica a prática de um reconstruir-se na do outro, em que ambas se transformam para intervir na realidade. São as especializações distintas que conferem unidade à equipe engrandecendo-se comitente que preservam as especificidades de cada área. Destarte, observamos que a abordagem de grupo é compatível com o trabalho realizado no âmbito de uma equipe multidisciplinar, uma vez que contempla tais competências e habilidades, confere maiores possibilidades de trabalho, ainda salvaguardando as diferenças entre as áreas do conhecimento.

Ainda de acordo com Silva e Mesquita (2023), se enfatiza que as ações socioeducativas desenvolvidas na abordagem de grupo devem se constituir como cerne da atuação das(os) assistentes sociais se traduzindo em orientações reflexivas, nas quais o trabalho realizado na instituição pauta-se no “trabalho coletivo, na qualificação do diálogo, nas decisões compartilhadas com vistas à identificação das dificuldades e promoção da prática reflexiva em torno das problemáticas individuais ou coletivas que possam interferir na adesão ao tratamento” (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 50). Desta forma, seu trabalho alinha-se aos parâmetros estabelecidos pelo CFESS para a atuação na área da saúde na medida que ações desempenhadas estão dentro do horizonte de fornecer informações, enfatizar a participação crítica dos usuários em suas realidades e fomentar a elaboração de estratégias coletivas, ainda objetivando a tomada de consciência acerca da saúde enquanto direito pessoal e da comunidade. Tal perspectiva pode ser observada quando a autora se detém sobre o uso da abordagem da história de vida dos usuários para o conhecimento de suas realidades e de seus familiares e acompanhantes, junto dos determinante sociais da saúde que incidem nestas, atentando para que o exercício profissional seja voltado não somente para o atendimento resolutivo do procedimento concreto, mas com vistas à fortalecer as famílias e desvendar a doença, estimulando que usuários e familiares venham a ser “sujeitos no processo de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação de saúde” (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 50).

Percebe-se que a abordagem aqui utilizada se baseia no conceito de grupo de adesão, o qual Silva e Mesquita (2023) o apontam enquanto um “espaço que estimula a comunicação entre usuários(as) e profissionais na construção de processos coletivos de enfrentamento de

relações de poder, trabalho e afeto capazes de gerar práticas desumanizadoras que implicam na autonomia e corresponsabilidade dos(as) profissionais em seu trabalho e dos(as) usuários(as) na descontinuidade do tratamento de saúde” (SILVA e MESQUITA, 2023, p. 51). Isso possibilita aos usuários o desvelamento de pensamentos ligados ao conservadorismo que incidem no processo de saúde-doença, bem como a reflexão crítica sobre como questões de gênero atravessam esse processo e a fragilização de suas redes de apoio. Também, constata-se que a abordagem é utilizada para auxiliar o resgate da cidadania dos usuários e mobilização para participação e controle social no âmbito da saúde. Além disso, Silva e Mesquita (2023) também depreendem esforços para analisar as adversidades presentes no âmbito da instituição que acometem o exercício profissional como um todo e que também refletem no uso da abordagem, como a dificuldade da suspensão do cotidiano que o trabalho na área necessita, as formações na graduação das diferentes áreas que guiam para o trabalho uniprofissional e afetam o trabalho em equipe, bem como das dificuldades em torno da longa jornada de trabalho que impacta nos momentos de reflexão necessários para o planejamento e avaliação das ações.

3.2.2 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Da mesma forma da saúde, a abordagem de grupos consta na cartilha desenvolvida pelo CFESS acerca dos atendimentos profissionais na área da assistência social, denominada de “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”, no que tange as distintas dimensões presentes no trabalho profissional:

São essas competências que permitem ao/à profissional realizar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano. As competências específicas dos/as assistentes sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis: 1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais; (CFESS, 2011, p. 19).

Assim, no âmbito da política de assistência social, a abordagem de grupos é verificada aqui nas sistematizações de Gelsleichter e Gomes (2019) e Kist (2008).

Gelsleichter e Gomes (2019) discorrem sobre a abordagem de grupo no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de São José, Santa Catarina, junto de mulheres em situação de violação de direitos. O objetivo do grupo empregado foi de discutir as demandas que ocasionaram as usuárias a serem atendidas na

instituição de forma a propiciar a construção coletiva do grupo, pautando-se no protagonismo das mulheres participantes. O perfil das mulheres contava com idade entre 16 a 60 anos, com histórico de migração, inicialmente sendo 10 mulheres mas expandindo-se para 25 mulheres com o desenvolvimento do grupo, reunindo uma diversidade de mulheres adultas, cis e trans, hetero e homossexuais, negras e não brancas; com a maioria sendo mães ou avós, sem contrato formal de trabalho que exerciam atividades autônomas, com residência desde casas próprias, alugadas, cedidas ou que tinham a rua enquanto espaço de moradia e sustento. As autoras ainda relatam que o trabalho de cuidados domésticos não remunerados era comum a todas as usuárias, o qual também se constituía enquanto entrave para o acesso ao mercado de trabalho e renda. O grupo foi coordenado e organizado majoritariamente por duas assistentes sociais, autoras do texto, e contou com a participação de uma psicóloga nos quatro encontros iniciais. Foram 20 reuniões ao longo do período de novembro de 2016 até fevereiro de 2018, ocorridos quinzenalmente.

Denota-se pela sistematização que as autoras possuíam pleno domínio do feminismo interseccional e ação feminista, o que propiciou um amplo entendimento das situações e da totalidade em que as usuárias estavam inseridas. Percebe-se a presença de planejamento prévio e aberto de ser construído coletivamente pelas usuárias integrantes no grupo, forte cuidado para o acolhimento das usuárias, inclusive das que entraram posteriormente ao início das atividades.

Para tanto, foram realizadas dinâmicas que possibilitaram às mulheres falarem sobre suas expectativas com o trabalho a ser desenvolvido, assuntos a serem discutidos, intenções e compromissos com as demais participantes, sendo construídos planejamentos semestrais, com acordos pactuados, tais como: assiduidade; horários de realização; importância do sigilo respeito às falas; possibilidade de proposição de pautas, temáticas e atividades (GELSLEICHTER e GOMES, 2019, p. 61-62).

Ressalta-se a atenção de elaboração e execução comitente ao grupo de mulheres, um segundo grupo destinado às crianças – filhas(os) e netas(os) das mulheres participantes que as acompanhavam nas reuniões – como forma de garantir a permanência das usuárias no grupo por uma rede de apoio que provia ambiente seguro para suas crianças, além de também desenvolver um local de formação para elas. Ainda, serviu de desvelamento da precarização de serviços públicos voltados às crianças e adolescentes, como creches, Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos e atividades em contraturno escolar. Menciona-se também, o uso da arte e da cultura enquanto estratégias para fomentar os debates e discussões dos temas ao promover o diálogo que levasse em conta as diversas experiências e vivências das usuárias.

As temáticas tratadas surgiam a partir das usuárias, eram mediadas pelas profissionais e contavam com uma ampla variedade de temas que atravessavam suas realidades e não restringiam a condução do grupo somente ao acesso à informação e direitos sociais das usuárias. Ressalta-se que a abordagem de grupo aqui contou com uma perspectiva teórica dos estudos do feminismo interseccional que eram utilizados para provocar reflexão crítica nas integrantes e suscitar questionamentos nas premissas ligadas ao conservadorismo que atravessavam os atendimentos na rede socioassistencial do município.

Percebeu-se também que, quanto mais o grupo se fortalecia em interlocução com as pautas feministas, mais as mulheres ressignificavam suas compreensões sobre dinâmicas familiares, trajetórias de vida e violências de gênero contra as mulheres. Isso permitiu a consolidação de um espaço democrático e coletivo, quer dizer, mexeu com a lógica de uma instituição que tinha uma trajetória de atendimentos individuais. Ou seja, a partir de novas premissas trazidas pelas usuárias, o grupo desestabilizou verdades e nomeou realidades e demandas que, no geral, seguiam invisíveis no serviço (...) Por sua vez, a perspectiva interseccional nos permitiu compreender a lógica das relações institucionais que culpabilizam e responsabilizam as mulheres pela situação familiar na qual se encontram, ou seja, de que elas são o começo e a solução dos problemas sociais da família, sem que se leve em consideração as dificuldades de acesso aos serviços públicos garantidos pela Constituição Federal de 1988 (GELSLEICHTER e GOMES, 2019, p. 67-68).

Tais referenciais teóricos serviram de apoio para contornar eventuais culpabilizações e responsabilizações de si ou de outras usuárias pelas situações de violência vivenciadas, assim como a reprodução e reforço do machismo vivenciado pelas participantes, subsidiando os temas tratados no decorrer do grupo dentro da perspectiva crítica: “Com efeito, a abordagem teórica utilizada na condução do grupo foi imprescindível para que se revelassem os conflitos e as desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, haja vista o feminismo interseccional explicitar os “pontos de resistência” frente às desigualdades sociais” (GELSLEICHTER e GOMES, 2019, p. 67). Percebe-se que a abordagem também mobilizou para a participação social em eventos e fóruns do município para apresentar suas perspectivas quanto a execução da política de proteção às mulheres, vista como exercício da cidadania pelas autoras.

Apona-se que a abordagem de grupo realizada pelas autoras se atentou para a construção da identidade grupal conforme explicitado por Vileirine (2016). Percebe-se que na experiência explicitada, a identidade grupal fortaleceu o compartilhamento de experiências por livre e espontânea vontade, que direcionavam o entendimento dos temas vividos pelas usuárias para o coletivo, em detrimento de uma situação restrita ao âmbito individual. Tal identidade grupal é especialmente percebida quando as autoras relatam a iniciativa das próprias usuárias de decidirem por nomear o grupo (Coletivo (Vi)vidas) considerando suas trajetórias que as conectavam e o horizonte compartilhado entre si. Percebe-se que o empenho das profissionais

em alinharem-se a profissionais de outras áreas propiciou o engajamento das usuárias no compartilhamento e escuta de experiências e questionamentos que as vincularam a essa identidade grupal.

Gelsleichter e Gomes (2019) apresentam, ainda, um balanço de desafios enfrentados que impactaram tanto no decorrer do desenvolvimento da abordagem de grupo como após seu encerramento. São citados os problemas enfrentados na instituição, como problemas com profissionais da equipe psicossocial que não se engajavam nas atividades do grupo das usuárias ou de suas crianças, além de embates acerca da abordagem teórica utilizada no trato dos temas. Os desafios também surgem em esferas de maior nível, como as violências institucionais que transcorriam o atendimento das usuárias na política de assistência do município, mediante equívocos de noções que reforçavam o moralismo e a desresponsabilização do Estado quanto à situação de vulnerabilidade das usuárias. Ou ainda, a falta de auxílio da gestão do município na alocação de recursos que assegurassem o desenvolvimento da abordagem de grupo e o atendimento das demandas produzidas no âmbito dos grupos, o que repercutiu na transferência arbitrária das profissionais que desenvolviam a abordagem de grupo por parte de agentes de maior hierarquia, a fim de cessar tal atividade com potencial de desvelamento dos problemas sociais, ao invés de repensar as práticas institucionais presentes no âmbito da operacionalização da política local.

Tal experiência demonstra que o exercício profissional desenvolvido avesso ao projeto hegemônico do Estado capitalista e alinhado à defesa dos direitos sociais, comprometido democraticamente e que busca o desenvolvimento da capacidade crítica da população usuária está sujeito a correlação de forças na esfera da instituição sócio-ocupacional e governamental local, que pode gerar situações, como as próprias autoras colocam, de desproteção social no interior das políticas públicas do Estado não somente por parte de usuárias como também das agentes.

Seguimos adiante com Kist (2008) que pesquisou a abordagem de grupos em relação a seis grupos de convivência de idosos no âmbito de entidades conveniadas com a prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), na perspectiva de garantia de direitos de pessoas idosas. Cinco dos grupos foram criados entre as décadas 1970 a 1990 e um deles do começo dos anos 2000, sendo os seis ligados a entidades conveniadas e não estando sob responsabilidade direta das assistentes sociais, que apenas os assumiram enquanto coordenadoras. Quatro deles com periodicidade semanal e dois quinzenal, no qual possuíam 268 idosos inscritos somados todos os grupos, sendo o maior grupo

de 65 inscritos e o menor de 6. Dos 156 inscritos que apresentaram frequência de participação, 47 foram entrevistados pela autora junto das seis assistentes sociais que coordenavam tais grupos.

O perfil era majoritário feminino, que se assemelha ao perfil nacional de pessoas idosas, na faixa dos 60 a 90 anos, majoritariamente com baixa escolaridade ou analfabetos, com arranjos familiares intergeracionais (filhos, netos e bisnetos), de baixa renda, sendo aposentadas(os) ou recebendo benefícios previdenciários ou assistenciais (BPC) e se constituem como principal ou única(o) responsável pela renda familiar. Por conta deste último ponto, é apontado que muitas(os) se mantem ou ingressam no mercado de trabalho buscando renda complementar. Os grupos contavam com apoio financeiro mensal da FASC de acordo com a quantidade de inscritos, indo de 101,36 até 400 reais destinados para realização das atividades desenvolvidas, apontado pela autora como valor irrisório. Isso se relaciona com o processo de privatização dos serviços sociais públicos na lógica da mercantilização das necessidades sociais discutida na seção anterior.

Kist (2008) aponta que as assistentes sociais que coordenam os grupos, apesar de possuírem clareza quanto aos fundamentos do Serviço Social, carecem de consistência e embasamento teórico. A autora analisa esse fato como consequência de lacunas na formação, o que reforça a necessidade de compreensão do projeto profissional uma vez que é "a partir de uma visão crítica e compromissada, pois são os aportes teóricos, associados ao método, que nortearão tanto a escolha consciente quanto a direção política da intervenção profissional" (KIST, 2008, p. 110). Apesar disto, as assistentes sociais demonstram preocupação em se especializarem, o que se coaduna com a perspectiva de formação continuada defendida pela profissão.

Em relação ao desenvolvimento da abordagem de grupos, a autora possui clareza quanto a indissociabilidade e interligação das dimensões do trabalho profissional ao analisar as experiências, elementos que parecem não consolidados no entendimento das referidas assistentes sociais. É apontado que a abordagem é utilizada adjunto de outros instrumentos, em certos grupos, realiza-se a visita domiciliar como forma de contornar problemas advindo do processo de envelhecimento, tal qual a incapacidade dos idosos se deslocarem até a unidade para participarem das reuniões e outros problemas de saúde. É descrito que há um esforço de outros integrantes visitarem tais idosos como forma de manter os laços, junto de preocupação quando alguma integrante falta e visitas quando uma delas adoecer, o que indica para nós a presença do estabelecimento da identidade grupal e senso de pertencimento.

Ainda, a autora aborda que as assistentes sociais tinham preocupação acerca de acompanhamento individualizado quando identificada alguma questão que exigia maior atenção e não podia ser trabalhada durante as reuniões, além de também realizarem acompanhamento familiar dos usuários. Quanto a avaliação dos grupos, percebe-se que esta ocorre conforme formulários e cronogramas estabelecidos pela FASC, assim, as assistentes sociais não possuem formulários próprios de avaliação e são direcionadas pela fundação. De modo relacionado a tal fator, percebe-se que mesmo que todas as assistentes sociais elaborem um relatório anual das atividades realizadas, é frisado pela autora que “não foi evidenciada por nenhuma delas a necessidade de sistematização da prática profissional, mas sim a necessidade de “prestar contas” para a FASC” (KIST, 2008, p. 115).

A autora ao entrevistar as(os) usuárias(os) aponta que estas(es) apenas sabiam dizer quais atividades eram realizadas nas reuniões, mas não conseguiam dizer das temáticas trabalhadas. Ao nosso ver, isso indica que a abordagem de grupos aqui não instiga para a reflexão crítica das(os) usuárias(os) acerca de temas que a profissão defende, relações de dominação presentes na sociedade, de outro modo, para a compreensão abrangente da realidade. Conforme a autora, “Observa-se que as Assistentes Sociais possuem um grande desafio no sentido de garantirem que, de fato, aconteça o processo de debate e reflexão no grupo, motivando o questionamento dos idosos acerca de suas vidas e de seu papel social” (KIST, 2008, p. 122). Contudo, percebe-se que as assistentes sociais buscam processos de reflexão com as(os) usuárias(os) em relação a suas relações familiares.

Ainda, as atividades aparentam residirem-se majoritariamente na produção de trabalhos manuais que são vendidos pelas(os) usuárias(os) para angariar recursos financeiros, seja para o grupo seja para renda pessoal e familiar. Para a autora "evidencia-se uma forte relação com a categoria trabalho, na medida em que esses grupos, historicamente, além de terem sido criados para garantirem um espaço de socialização desses idosos, proporcionavam aos mesmos uma fonte de geração de trabalho e renda" (KIST, 2008, p. 117). É apontado inclusive que existe por parte das(os) usuárias(os) "resistência em realizar atividades que não estejam relacionadas a trabalhos manuais" (KIST, 2008, p. 117). Para além de trabalhos manuais, outras atividades realizadas são passeios e festas em datas comemorativas, o que se relaciona ao formato dos grupos de convivência, embora para nós tal fator não iniba o desenvolvimento dos aspectos mencionados no capítulo anterior consoante os apontamentos de Vileirine (2016). Percebe-se que as assistentes sociais também concentram esforços para desenvolvimento da autonomia das(os) idosas(os) e processo de motivação, como incentivo pela volta dos estudos.

Devido as abordagens de grupos desenvolvidas serem no formato de grupos de convivência, a questão da solidão aparece de forma demarcada para as(os) usuárias(os) enquanto motivação para sua participação, geralmente motivados por perdas de familiares ou de amigos, de forma que entendem que “o convívio estabelecido no grupo possibilitaria a identificação com outras pessoas que estão na mesma fase da vida, causando-lhes um sentimento de pertença e, principalmente, a percepção de que os seus problemas não são tão grandes quanto os das outras pessoas” (KIST, 2008, p. 125). Por se tratar de pessoas com baixa renda, o repasse de alimentos mediante participação do grupo ou a possibilidade de fonte de renda com os trabalhos manuais realizados nas reuniões também apareceram enquanto motivação.

Kist (2008) ressalta a importância de planejamentos prévios dos grupos ao apontar inconsistências entre as afirmações admitidas nas entrevistas com as assistentes sociais e usuários:

Considerando-se que o atendimento das necessidades das pessoas no grupo ocorre a partir das relações que se estabelecem entre os mesmos, ressalta-se que o coordenador necessita estar em sintonia com o grupo, pois os interesses devem emergir desse conjunto, articulando-se integrantes e coordenador, motivando a construção de interesses coletivos, que surjam a partir do grupo, contemplando suas realidades, suas potencialidades e suas experiências de vida. Entretanto, observa-se, a partir da pesquisa realizada junto aos seis grupos analisados, que somente 51% dos idosos reconhecem que existe um planejamento conjunto, enquanto que todas as Assistentes Sociais afirmam que o mesmo ocorre, sendo que quatro delas realizam o planejamento anual, uma realiza o planejamento semanal e, a outra, a cada encontro (KIST, 2008, p. 118-119).

Ao abordar a ausência de planejamento conjunto e condução do grupo de modo ao acaso a partir das falas dos integrantes, Kist (2008) aponta que o desenvolvimento das abordagens de grupo analisadas possui risco de se manterem ao nível do aconselhamento. A autora indica que na coordenação dos grupos analisados é identificada por todas as seis assistentes sociais a presença de tomada de decisões em conjunto, ao passo que parte dos usuários apreendem as decisões como unilaterais. Desta forma, Kist (2008) ressalta que “As decisões a serem tomadas no grupo devem envolver todos os integrantes, sendo que às Assistentes Sociais, cabe apenas decidir questões básicas, que dizem respeito à criação do espaço para o desenvolvimento do processo grupal, como estrutura física, o local e a data” (KIST, 2008, p. 122). Com relação às atividades realizadas nas reuniões, a autora relata que metade das assistente sociais realizam as coordenações junto aos participantes do grupo, através de uma integrante escolhida pelos próprios participantes enquanto figura de “pessoa de referência” dos idosos, o que em certa medida pode relacionar-se com o elementos de identificação de lideranças e atribuição de

papeis apontadas por Vileirine (2016), ainda que não haja indicativos que as assistentes sociais analisadas tenham clareza teórica quanto a este ponto. Ainda assim, ressalta-se que de todas as sistematizações analisadas neste capítulo, apenas na de Kist (2008) que estes dois elementos podem ser indicados como presentes no desenvolvimento da abordagem de grupos, mesmo que sem a devida compreensão teórica.

O trabalho realizado alinha-se com a perspectiva do "assistencialismo" uma vez que é apontado diversas vezes por Kist (2008) a participação das usuárias nos grupos para acesso a doações, como a de cestas básicas. Tal fator pode estar relacionado tanto com o projeto neoliberal de privatização que não se preocupa de fato com a oferta de serviços públicos pela perspectiva do acesso aos direitos e a garantia da cidadania, como por grande parte das entidades sobre as quais tais grupos estão inseridos serem religiosas, chegando até a atividades desenvolvidas nas reuniões relacionarem ao cunho da espiritualidade. Tal alinhamento parece-nos mais uma forma que tais entidades projetam ao trabalho realizado do que uma intencionalidade adotada pelas profissionais, embora não haja indicação no texto de que estas tenham uma perspectiva crítica quanto a este aspecto do trabalho. Apesar de tal alinhamento, percebe-se que a abordagem de grupos referendadas contribui para desenvolvimento de autonomia dos integrantes, constrói um processo de autoconhecimento e potencialização de capacidades das(os) usuárias(os) e impactam em mudanças positivas nas vidas das(os) participantes.

Em relação a contribuição da abordagem no sentido da efetivação dos direitos dos idosos, a autora constata que duas das profissionais pensam que é através do grupo que a(o) usuária(o) “estabelece relações com outras pessoas, possibilitando-lhe sua valorização como ser humano e sua consciência a respeito da importância de sua participação enquanto sujeito de direitos, além de possibilitar-lhe a perspectiva de novos projetos de vida” (KIST, 2008, p. 129), além de encaminhamentos que possibilitam a garantia de direitos, como o recebimento do BPC. Algumas das profissionais ainda falam da abordagem de grupos enquanto garantia de publicização dos direitos do referido segmento populacional, socialização das informações e promoção da busca e luta por estes. A autora ainda salienta acerca dos desafios que as profissionais lidam:

É necessário que se avalie também que as Assistentes Sociais analisadas possuem muitos desafios, especialmente quanto à possibilidade de proporem estratégias interventivas que dêem conta da realidade, pois os idosos que integram os grupos de convivência acompanhados pelas mesmas, em sua grande maioria, não têm acesso ao atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, o que torna ainda mais difícil falar em direitos, em cidadania e proteção social (KIST, 2008, p. 130).

Tal cenário engendra em algumas das assistentes sociais a atitude de conformismo quanto a perspectiva de efetivação dos direitos dos idosos, dado o não reconhecimento de que teriam que suscitar as(os) usuárias(os) no horizonte da organização e luta coletiva no sentido da garantia de seus direitos. Na visão destas profissionais, isto decorre de uma não acreditar que a abordagem de grupo conseguiria gerar tal impacto e outra acreditar numa “acomodação” e “amedrontamento”, supostamente características da faixa etária desse segmento populacional, em comparação a outras faixas etárias que seriam mais “teimosas” e conseguiriam “ir atrás” de seus direitos. De modo geral, as abordagens de grupos aqui podem ser identificadas enquanto espaços de acolhimento e escuta às(os) usuárias(os) que estas(es) mesmas(os) reconhecem como tal, como também podem ser percebidas como engendradoras de processo de valorização da autoestima dos integrantes, além de fatores como interação, compartilhamento de experiências, encaminhamento para acesso de direitos, espaço de incentivo para construção de relações igualitárias e fortalecimentos dos vínculos afetivos familiares.

3.2.3 A ABORDAGEM DE GRUPOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Na política de educação, a abordagem de grupos pode ser observada na cartilha desenvolvida pelo CFESS desenvolve “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” que reafirma a Lei de Regulamentação da Profissão, dizendo das competências: “III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; (...) V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (...)” (CFESS, 2013, p. 28). Desta forma, seguiremos a análise do uso da abordagem de grupos na área da educação utilizando de Moreira (2015) e Nunes et al. (2001).

Moreira (2015) versa sobre a abordagem de grupos em sua pesquisa junto de assistentes sociais que atuam na política educacional inseridas(os) em equipes interdisciplinares em escolas do ensino fundamental do município do Rio de Janeiro, lotadas na Secretaria Municipal de Educação enquanto parte do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas Municipais do Rio de Janeiro (PROINAPE), que também contam com psicólogos e professores.

Destaca-se nas experiências relatadas que a abordagem de grupos nos contextos escolares contou com variados perfis de usuárias(os) para além dos estudantes, como grupos com familiares, professores e até grêmios estudantis. Sentimos falta de detalhamento sobre se determinados elementos contemplam o trabalho realizado, tais quais a avaliação do processo junto ao grupo e planejamento coletivo com as(os) usuárias(os), atenção de comunicar o resguardo do sigilo das informações relatadas por outras(os) participantes, preocupação de

montar as regras e contrato do grupo, mobilização para participação e controle social. Acreditamos que isso se deve em razão de o autor não ser o profissional que emprega a abordagem de grupos, mas sim pesquisador dos trabalhos realizados nestes contextos escolares. Ainda assim, o autor procedeu sua pesquisa entrevistando as(os) assistentes sociais que empregam a abordagem nos seus exercícios profissionais e, ao analisar os dados, realizou apontamentos que consideramos pertinentes.

Chama atenção que o trabalho realizado com grupos pelas(os) assistentes sociais não se concentra na mera intervenção com grandes quantidades de usuárias(os), como historicamente foi pautada a abordagem, mas por proporcionar às(os) participantes um ambiente favorável às trocas (ressaltando para que essas não se esgotam em si mesmas) e que consegue transpor os problemas trabalhados, vistos pelo senso comum como de ordem individual, para esfera do coletivo. Ainda, é posto à tona por Moreira (2015) que a abordagem de grupo permite extrapolar atividades comumente realizadas no ambiente escolar que residem no âmbito do individual, assim, colocando os sujeitos em processos que valorizam o coletivo e que destoam dos vieses tradicionais destas instituições. Logo, a abordagem de grupos manifesta-se como “um meio de possibilitar a experiência de outras práticas pedagógicas mais flexíveis e dialogadas nestes espaços” (MOREIRA, 2015, p. 125), no qual se guiam por nortes mais democráticos e disputam a legitimidade com atividades que tenham caráter tradicional e conservador. O que para o autor, liga-se a dimensão político-pedagógica da profissão, embora não impeça que as(os) assistentes sociais reproduzam no seu exercício profissional o modelo tradicional de relações pedagógicas estabelecido nestas instituições.

Notabiliza-se que a abordagem de grupos com professoras(es) possibilitou o enfrentamento de características do processo de trabalho capitalista como individualização e a compartimentalização, embora não desprovida de entraves institucionais uma vez que pode ser vista por agentes da instituição que se ligam à lógica produtivista como “parar o processo”. Moreira (2015) enfatiza que a abordagem, quando aplicada a professoras(es), deve se empenhar em carregar sentido crítico-reflexivo acerca do questionamento da forma tradicional instaurada no trabalho e sugestão por diferentes formas de organização para não a transformar em um ambiente meramente fatalista do espaço educacional, além de permitir trazer professoras(es) e segmentos da direção da instituição para “o campo progressista os indivíduos que, por motivos variados, colocam-se em posição de resistência às mudanças dessa ordem [hegemônica]” (MOREIRA, 2015, p. 128).

Quando a abordagem foi aplicada com às famílias de estudantes, possibilitou trazer estes sujeitos para o espaço escolar para serem ouvidos e compor o processo educacional. Já em relação à aplicação junto de estudantes, promoveu que estas(es) se percebam enquanto cidadãs(ãos) dentro da escola e não residam em posições exclusivamente passivas dentro da instituição, além de mudanças de cunho psicocomportamental em estudantes tidas(os) pela instituição como “indisciplinados”, elevação da autoestima e questões de afetividade em relação às suas famílias e à escola. Assim, o autor fala deste trabalho como forma de alterar o quadro de relações de forças instaurado e de optar pelo fortalecimento de dados atores, assim, uma forma de defender um projeto de educação emancipador em oposição ao hegemônico.

Aponta-se que as abordagens de grupos realizadas nestes contextos não dizem respeito unicamente ao Serviço Social, uma vez que estão inseridas no projeto de interdisciplinaridade. De tal forma, exige-se relações horizontais entre as(os) distintas(os) profissionais que integram este trabalho de modo que participem conjuntamente tendo objetivos político-profissionais confluentes. Em vez de serem meramente ajuntados no mesmo espaço ou, como apontado sendo o caso do contexto analisado pelo autor, com sobreposição das categorias em relativas hierarquias destas relações interdisciplinares, o que se manifestou como desafios para o desenvolvimento da abordagem de grupo, seja pelas tentativas de sobrepor os entendimentos teórico-metodológicos próprios de uma profissão sobre outra e da forma de condução dos grupos. Ainda assim, denota-se que a experiência interdisciplinar deste contexto também proporcionou que as profissionais de outras áreas amadurecessem suas intervenções mediante o acúmulo de uma das assistentes sociais acerca do trabalho realizado junto aos grupos.

A respeito desses entraves, o autor aponta que o planejamento prévio tem potencial de atenuação de tais conflitos, uma vez que “constitui um momento do trabalho interdisciplinar de negociação e de reflexão e que, não raramente, apresenta-se como um espaço tensionado por disputa de interesses de ordem profissional” (MOREIRA, 2015, p. 137). Embora não garanta que a execução aconteça sem adversidades, como é o caso das experiências analisadas, sendo necessário que o planejamento não seja fixo, mas que cogite imprevistos dialogando “com o inesperado de modo flexível, sem que isso obrigue os profissionais a abrirem mão dos objetivos inicialmente traçados para as suas ações” (MOREIRA, 2015, p. 139).

Ainda se ressalta resultados como discussão do espaço escolar, importância da participação ativa de responsáveis, tomada de consciência quanto a presença de elementos de discriminação e opressão presentes no cotidiano e reflexão a partir disso, engajamento para relações solidárias entre os participantes, percepção das(os) usuárias(os) de se ligarem por

temas/demandas em comum, percepção das(os) usuárias(os) como sujeitos de mudança, alcançados nos trabalhos realizados, a circulação dos discursos e debate de ideias em grupo. Ainda, menciona-se a socialização das impressões das(os) profissionais psicossociais aos corpos docentes das instituições e facilitação do diálogo entre sujeitos de posições distintas quanto a temas comuns, com entendimento dos pontos de vista de ambas as partes, no caso da aplicação da abordagem com grupos de estudantes do grêmio estudantil e com o de professores acerca dos temas de indisciplina e respeito. Chama-se atenção para este último, o qual denota o desenvolvimento da abordagem considerando a articulação entre mais de um grupo, este aspecto é apontado por Silveira e Vieira ao versarem que “O processo de trabalho deve contemplar não só as relações intragrupo, mas também intergrupos, articulando as demandas dos grupos com as demais necessidades territoriais e de contexto social, na direção do acesso a serviços e políticas de atenção direta ao grupo” (2016, p. 25). Contudo, o elemento de acesso de direitos conforme visto na segunda seção do capítulo dois, que aparece presente na maioria das sistematizações das(os) autoras(es) analisadas não se constatou aqui, embora Moreira (2015) aponte que tal fator não indique que as profissionais entrevistadas não tenham tal questão em seus horizontes, mas que se esforçam para que a educação escolarizada se configure enquanto direito social efetivo. Diante de todos estes fatores, quanto as preocupações que circundam o uso da abordagem de grupos pelas(os) profissionais neste cenário:

(...) podemos afirmar que notamos preocupações de naturezas distintas que muito nos diz a respeito do caráter político-pedagógico e o sentido ético-político da ação dos assistentes sociais. Preocupações estas que transitam desde o campo psicossocial tradicional até a órbita da pedagogia emancipatória. Contudo, como já dissemos anteriormente, o que contribui para uma atuação mais voltada aos interesses de uma classe ou de outra depende, dentre outros determinantes, da concepção social que o agente tem sobre a sua profissão e sobre a sua própria ação profissional (Moreira, 2015, p. 147-148).

Percebe-se ainda como desafios enfrentados nestes contextos escolares o estranhamento da instituição quanto a abordagem de grupo, uma vez que é esperado que a(o) profissional meramente “resolva o problema” dos estudantes e/ou da família de forma rápida. Assim, esperam-se atendimentos unicamente individuais ou até temem a abordagem de grupos por conta dos assuntos que possam estar sendo trabalhados com uma quantidade expressiva de estudantes. Na visão das assistentes sociais entrevistadas isso pode se dar pois a abordagem de grupo tem uma lógica contrária à lógica organizacional escolar (que se articula ao modelo de organização da produção capitalista). A isso, parece-nos acertado a visão de Moreira de que:

A contradição sinalizada diz respeito à própria natureza da profissão de Serviço Social, seja qual for o campo sócio-ocupacional em que o seu profissional esteja inserido. O conflito entre objetivos institucionais e objetivos profissionais só existe (ou fica mais latente) quando o assistente social tem como preocupação pautar seu exercício em elementos ético-políticos vinculados ao projeto hegemônico da profissão. (MOREIRA, 2015, p. 134).

No texto de Nunes et al. (2001) as autoras abordam o grupo no projeto “Atenção aos Idosos e Assessoria aos Profissionais nas Questões de Participação Social e Cidadania na Terceira Idade”, em que compreende as atividades "Participação Social para Terceira Idade" e "Encontro Grupal para Terceira Idade". Sendo desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), uma micro universidade localizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), focada em oportunizar a integração de gerações de estudantes jovens da UERJ com estudantes idosos da UnATI com fim a “desmistificar valores e ideias que causam tensão entre essas gerações” (NUNES et al., 2001, p. 61), como incentiva a participação e aprendizado por parte de idosos.

As autoras desenvolvem a atividade entendendo que o processo de envelhecimento da população brasileira evidência:

(...) a importância de garantir, de forma satisfatória, as principais necessidades dessa população, ou seja, a melhoria da qualidade de vida, o acesso aos serviços de saúde, cultura e lazer e a manutenção da própria autonomia e independência na execução das atividades de vida diária como locomoção, alimentação e higiene. Além disso, o fato de estarmos numa sociedade capitalista onde o lucro e a produtividade são valorizados tem levado os idosos a um sentimento de inutilidade, contribuindo para os estados de depressão e isolamento social desse segmento (NUNES et al., 2001, p. 61).

Desta forma, apontam o projeto com objetivo central de implementar ações que possibilitem aos idosos serem sujeitos participativos do seu processo de envelhecimento. As autoras apontam que a abordagem de grupo foi escolhida por considerarem que o grupo permite um processo rico e facilitador do acesso as expressões da questão social, propiciando relações de sociabilidade e de descoberta de interesses em comum que existem entre os idosos. Embora as autoras não sistematizem a abordagem de grupo de modo aprofundado, percebem esta como uma atividade de curta duração geralmente introdutória por caracterizar-se como o primeiro contato dos estudantes idosos com o espaço universitário. Na abordagem, relatam a utilização de dinâmicas que favorecem o conhecimento entre as(os) integrantes como propiciam refletir sobre temas abordados no cotidiano das(os) participantes, apesar de não fazerem citações quanto a quais dinâmicas seriam essas. Ao passo que a atividade “Participação Social para Terceira Idade” busca a informação e reflexão acerca de ações de participação social e cidadania nesta idade, no qual o trabalho com grupos aparece aqui revelando “experiências de

associativismo do idoso, desde a sua participação na família, passando pelos grupos de interesse, discutindo a participação política na sociedade, conhecendo seus direitos e espaços sociais” (NUNES et al., 2001, p. 62).

É relatado que as mulheres são maioria em ambas as atividades, como no perfil de estudante da universidade, o que atribuem ao processo de feminização da terceira idade, devido à expectativa de vida das mulheres ser maior que dos homens. Também os programas voltados para a população idosa aparentam que o público feminino seja mais mobilizado e disponível para vivenciá-los, como grupos de convivência e universidades de terceira idade, no que indicam que esses programas contribuem para a redefinição de valores, atitudes e comportamentos dos grupos de idosos mobilizados. Ainda acerca do perfil, as autoras apontam que a solidão entre as mulheres idosas é um tema recorrente que aparece nas atividades realizadas.

Os temas que as mulheres idosas elegem nas discussões, em nossas atividades, dizem respeito ao medo da morte, às recentes perdas, à solidão, ao preconceito por serem mulheres 'velhas' e à discussão de seu papel na família. Mostram-se interessadas em conhecer seus direitos sociais como mulheres aposentadas e/ou pensionistas, ao mesmo tempo em que demonstram disponibilidade para as atividades voluntárias, dentro e fora da UnATI, principalmente aquelas de trabalho com idosos asilados, que vivem em instituições geriátricas, em decorrência de dificuldades relatadas por seus familiares em desenvolver cuidados específicos e lidar com a velhice. Essa experiência tem possibilitado às mulheres voluntárias conhecerem o outro lado da velhice no Brasil (NUNES et al. 2001, p. 62).

Embora sintamos falta de maior especificidade no uso da abordagem de grupos no contexto relatado pelas autoras, percebe-se que aqui está presente seu uso na perspectiva da socialização das informações quanto aos direitos sociais relacionados a população de mulheres idosas, ensejando potencialidades no “processo de construção de uma imagem cidadã na terceira idade” (NUNES et al., 2001, p. 63). Nota-se a intenção de instigar a reflexão crítica das(os) usuárias(os), a exemplo de as idosa(os) demonstrarem nas atividades expectativas de mudanças em relação ao papel tradicional que ocupam em suas famílias, buscarem pelo rompimento da imagem de inatividade cristalizado no senso comum quanto a esta etapa de vida, e participarem em um processo de ressignificação da velhice ao visarem cursos que oferecem desenvolvimento de novas habilidades. Desta forma, a abordagem de grupo aqui parece contribuir na reversão da representação negativa da velhice presente na sociedade, provocação de novos olhares para as(os) idosas(os) quanto ao seu próprio processo de envelhecimento e de novas formas de refletir sobre a cidadania, além de propiciar maior acesso às informações quanto aos direitos sociais concertes ao perfil do grupo atendido.

3.2.4 BALANÇO DAS EXPERIÊNCIAS ANALISADAS

Em suma, pode-se dizer que as abordagens de grupo analisadas podem ser incluídas desvinculadas do trabalho com grupos historicamente realizado em que tinham um caráter de ajustamento, controle social e integração dos sujeitos ao meio social. Embora isto não signifique que estas não ocorrem sem percalços advindos do pensamento liberal e da lógica de mercantilização das necessidades sociais que circundam a sociedade e conseguem adentrar nos campos de trabalho e até na ótica das(os) assistentes sociais que desenvolvem tal abordagem nas várias áreas de atuação. Ademais, compartilhamos com o entendimento de Kist (2008) do que é necessário para a atuação profissional em conformidade com o PEP da do Serviço Social:

(...) é imprescindível que, além da compreensão da realidade, o Assistente Social tenha pleno conhecimento e domínio sobre as Leis específicas, como a Constituição Federal (1988), a Lei Orgânica da Saúde (1990), a Lei Orgânica da Assistência Social (1993), as Leis que regem a própria profissão, bem como Leis específicas que dizem respeito aos segmentos populacionais ao qual irá intervir, pois se faz necessária uma fundamentação teórica em instrumentos legais que possibilitem o desenvolvimento da ação profissional em uma perspectiva de garantia da inclusão social (KIST, 2008, p. 88).

Notamos o empenho de algumas(uns) das(os) autoras(es) analisadas(os) de ponderarem acerca dos desafios enfrentados no âmbito das instituições em que o exercício profissional está inserido, contudo sentimos falta que estas(es) analisassem de que formas a abordagem era afetada por fatores de ordem conjuntural. Ainda assim, determinadas(os) autoras(es) trouxeram ponderações sobre de que forma o uso da abordagem impacta no processo de trabalho, seja em relações as correlações de força enfrentadas, seja as disputas pelas abordagens teóricas e formas de condução da abordagem no contexto de equipes multiprofissionais e/ou interdisciplinares.

Acerca dos elementos abordados no capítulo dois a respeito dos aspectos das abordagens de grupos, dispomo-los no seguinte quadro para melhor visualização:

Quadro 1 – Elementos presentes nas abordagens de grupo

ELEMENTOS	ARAÚJO	GARCIA	GELSLEICHTER	KIST	MOREIRA	NUNES	SILVA & MESQUITA
IDENTIDADE GRUPAL		X	X	X			
REGRAS E SIGILO			X				
DEFINIÇÃO DOS PAPEIS				X			
LIDERANÇA				X			
TROCA DE EXPERIÊNCIAS	X	X	X	X	X	X	X
REFLEXÃO CRÍTICA	X	X	X		X	X	X
SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	X		X	X	X	X	X
PLAN. PREVIO	X		X	X	X		
PLAN. COLETIVO	X		X				X
SUSCITAÇÃO PARA CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL			X			X	X
ORG. DO ESPAÇO			X				
ACESSO À DIREITOS	X		X	X			X
AVALIAÇÃO				X			X

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que somente Garcia (2024) não pontuou em sua sistematização acerca da socialização da informação. A troca de experiências das(os) usuárias(os) apareceu em todos os textos analisados, ao passo que a reflexão crítica das(os) integrantes só não nos foi percebida em Kist (2008). A ampliação da e/ou suscitação para a cidadania, tal qual o aspecto de mobilização das(os) usuárias(os) para participação social e/ou controle social aparecem em Gelsleichter (2019), Nunes et al. (2001) e Silva e Mesquita (2023). A definição das regras e contrato do grupo, bem como o resguardo do sigilo só foi detalhado na sistematização de Gelsleichter (2019), embora não desconsideremos que possa estar presente nas outras experiências e apenas não abordadas no texto final. Como dissemos, a definição dos papéis dos integrantes e o tema da liderança só nos foi percebida em Kist (2008). Com exceção de Garcia (2024) e Nunes et al. (2001), o planejamento prévio é abordado em todos os textos, em maior ou menor medida, ao passo que o planejamento em conjunto só é trabalhado em Araújo (2020), Gelsleichter (2019) e Silva e Mesquita (2023). Ressalta-se que o planejamento em conjunto é vital para abordagem de grupo uma vez que, conforme Silveira e Vieira:

A participação dos usuários no grupo, influndo e compondo o poder decisório sobre os rumos de desenvolvimento do grupo, reflete intencionalidade política e se expressa na defesa da democracia, assim como na gestão democrática do grupo. Tal posicionamento remete ao posicionamento em favor da equidade e da justiça social, pois não se pode conceber uma sociedade democrática sem que se estenda o acesso

aos bens e serviços e à noção de interesse público (SILVEIRA e VIEIRA, 2016, p. 25).

Apenas Gelsleichter (2019) se preocupou em sua sistematização em apontar acerca da organização democrática do espaço em que ocorre as reuniões. Já o tema da identidade grupal pode ser visto em Garcia (2024), Gelsleichter (2019) e Kist (2008). A avaliação do grupo é descrita somente em Kist (2008) e Silva e Mesquita (2023), embora apenas nas últimas se veja a atenção em fazê-la junto das(os) usuários, ao passo que Kist (2008) aponte a avaliação das assistentes sociais entrevistadas em sua pesquisa com problemas de autonomia profissional e apenas para prestação de contas para a fundação em que os grupos estão inseridos, como mencionado anteriormente. Por fim, a abordagem enquanto forma de acesso à direitos é visto em Araújo (2020), Gelsleichter (2019), Kist (2008) e Silva e Mesquita (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perpassamos a trajetória sócio-histórico do Serviço Social, conseguimos perceber que a profissão é fruto e é explicada pelo movimento histórico da sociedade. Os blocos de periodização percorridos nos revelam as perspectivas teóricas, metodológicas, operacionais e éticas a que a profissão se alinhou. Desde sua origem em que não se guiava por um direcionamento teórico, mas pela Doutrina social da Igreja Católica, do ideário franco-belga de ação social e o tomismo e neotomismo e forte ligação com o pensamento conservador; transcorrendo o positivismo, estrutural-funcionalismo, a fenomenologia até chegar à hegemonia do marxismo enquanto vertente social orientadora da profissão. Todo esse trajeto afetou o trabalho com grupos em sentido a como foi pensado e utilizado no âmbito do Serviço Social, desaguando a partir da intenção de ruptura no que denominamos de abordagem de grupo.

Para tudo isso, versamos certos aspectos do trabalho profissional e de sua incidência no trabalho com grupos. Entendemos as dimensões do trabalho profissional, relacionadas de modo a se interligarem e serem dependentes uma da outra, o que configura uma unidade na diversidade. Apesar de contarem com peculiaridades próprias, âmbitos e natureza específicas, ainda se integram numa relação intrínseca que totaliza o trabalho profissional. Ou ainda, da instrumentalidade do Serviço Social enquanto habilidade de acionar os conhecimentos teórico, ético e político constituídos na trajetória do Serviço Social com intuito de responder as demandas colocadas na profissão a partir do uso dos instrumentos e de suas qualificações, no âmbito do cotidiano de trabalho.

É desse modo que transcorremos como a abordagem de grupo é um instrumento utilizado pelo Serviço Social e não um método e uma especialização que conforma uma “assistente social de grupos tal qual se pensava no Serviço Social tradicional. É nesse sentido que se diferencia do uso dos grupos deste período, mediante a técnica conferida nesse instrumento e o seu direcionamento, guardando em si um grande potencial de trabalho condizente ao PEPP. Tal ótica foi possível de ser pensada conforme o entendimento marxista de grupos, em que se aponta que a compreensão dos grupos não reside meramente na análise das relações internas, mas a partir da análise das lutas de classes.

Fundamentado nisso que tratamos dos aspectos necessários para o desenvolvimento da abordagem de grupo. Aspectos como: a socialização das informações, troca de experiências, reflexão crítica dos usuários, suscitação para e/ou ampliação da cidadania, mobilização para a participação e controle social, concepção de regras e contrato do grupo, bem como do resguardo do sigilo de informações tratadas no âmbito do grupo para os integrantes, atuação para acesso

à direitos, identidade grupal, definição dos papéis, observação de surgimento de lideranças, planejamento prévio e coletivo dos grupos, atenção à organização democrática do espaço das reuniões e avaliação dos grupos junto dos integrantes. Considerando estes elementos, analisamos sete sistematizações de experiências da abordagem de grupo em campos de atuação da saúde, da assistência social e da educação, encontrando como resultados a presença destes elementos em maior ou menor medida no uso das abordagens de grupos analisadas.

Nesse escopo, a técnica utilizada e a direção conferida a estas abordagens nos permite dizer que não se alinham com o caráter de ajustamento, controle social e integração dos sujeitos ao meio social historicamente percebido no trabalho com grupos no período do Serviço Social tradicional. Ainda que não deixassem de enfrentar impasses mediante a lógica do pensamento liberal e da mercantilização das necessidades sociais que são vigentes a atual conjuntura, impactando os campos de trabalho em que as(os) assistentes sociais se inserem. Bem como na ótica das(os) profissionais das equipes em que atuam ou até de profissionais do Serviço Social que desenvolvem a abordagem de grupo, em relação a questão de conformismo ou descrença quanto o potencial de transformação social da abordagem de grupo.

Ainda percebemos exemplos de modos como as adversidades enfrentadas pelas(os) profissionais afetam diretamente o desenvolvimento da abordagem de grupo. Conforme questões de correlações de forças das instituições em que estão inseridas(os) e percalços com as equipes de trabalho ou condições de trabalhos conforme a realidade das políticas locais em que atuam,

Diante disso, consideramos que nossos objetivos buscados com este trabalho foram atingidos. Contudo não sem dificuldades, desde ordens pessoais como definir quais e como as informações apreendidas pela análise dos dados seriam abordadas, de modo que a construção do texto ficasse coesa e encadeada de maneira lógica. Ou ainda de dificuldades em razão da pouca quantidade de sistematizações disponíveis em relação ao uso da abordagem de grupos em si e não somente do seu trato teórico e análise da trajetória sócio-histórica em que o trabalho com grupos percorreu na profissão.

Em vista disso, frisamos a necessidade e importância de sistematização da prática de trabalho. Uma vez que isso contribui para o desenvolvimento da intervenção profissional no sentido do aperfeiçoamento no uso da abordagem de grupo de profissionais que a desenvolvam, por permitir a análise dos resultados alcançados e apreensões de alterações que possam ser feitas. Bem como, contribuir com o desenvolvimento da abordagem de grupo de outras(os) profissionais que já a utilizam ou buscam utilizá-la, além de que pode contribuir para o avanço

da perspectiva defendida no PEP do Serviço Social quanto a atuação profissional. Desta forma, recomenda-se que mais profissionais atuem no sentido de mensurar quantitativamente e qualitativamente, bem como socializarem suas experiências de abordagem de grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje. São Paulo: Cortez, 2019, p.35-55.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro—1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, p. 268-299, 2008.

ARAÚJO, Gisleanne Silva de. O trabalho com grupo no serviço social: uma experiência profissional no grupo de apoio aos pais – gap. In: Thayslane Nunes de Oliveira. (org.). Processos de Subjetivação no Serviço Social 2. Ponta Grossa: Atena Editora. 2020. P152-163.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS (ABAS). Código de ética profissional do assistente social. São Paulo, 1947.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Código de Ética do/a Assistente Social comentado / Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTONI, Maria Rosângela Batistoni. O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)| Reconceptualization Movement in Brazil: The Professional Project of the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 40, 2017.

BRASIL, Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 20 jan. de 2025

BONFIM, Giverson Gonçalves; TEIXEIRA, Juvanira Mendes; ALBIERO, Cleci Elisa. O trabalho com grupos no serviço social: contribuições para a intervenção profissional. **Humanidades em Perspectivas**, v. 2, n. 2, 2018.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2003.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013, p.175-194.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; DOI, Doroth de Assis Schimidt. Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em serviço social. **Temporalis**, v. 17, n. 33, p. 41-60, 2017.

CASTRO, Manuel M. História do Serviço Social na América Latina. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CBCISS. O ensino da Dinâmica de Grupo a assistentes sociais. Debates Sociais. Rio de Janeiro: Paris, supl., n. 6, 1972.

CFAS. Código de ética profissional do assistente social. São Paulo: CFAS, 1965.

- CFAS. Código de ética profissional do assistente social. São Paulo: CFAS, 1975.
- CFESS. Código de Ética do Assistente Social de 1993. Lei n. 8.662, de 07 de junho de, 1993.
- CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf> Acesso em: 07 de jun. de 2024.
- CFESS, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, 2013. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2024.
- CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf> Acesso em: 07 de jun. de 2024.
- COSTA, Karla Weuma Holanda Duarte. A Contribuição do Assistente Social em Grupo de Homens no Núcleo de Apoio à Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde. In: SOARES, Adriano Mesquita (org.). Tópicos Especiais em Ciências da Saúde: teoria, métodos e práticas 4. Ponta Grossa: AYA Editora, 2022. p. 30-42. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/Livro/17979/>. Acesso em: 08 de jan. de 2025.
- DE OLIVEIRA ALMEIDA, Kamilla Karinne. A dimensão técnico-operativa no serviço social e o instrumental técnico-operativo desta profissão: pontos para reflexão.
- DOS SANTOS, C. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, v. 3, n. 2, 2013.
- EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Grupos e Serviço Social: Explorações Teórico-Operativas, o Caminho a Percorrer. **Libertas**, v. 4, n. 1/2, 2005.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social – Ana Maria Ramos Estevão – São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos).
- GARCIA, Robson Vasconcelos. Trabalho com grupo de homens: uma abordagem do serviço social na atenção básica de saúde. Anais do 11º Simpósio Científico Internacional CEJAM, de 29 e 30 de outubro de 2024, e-pôsteres dos trabalhos apresentados. São Paulo: CEJAM, 2024.
- GELSLEICHTER, Mayara Zimmermann; GOMES, Fernanda Marcela Torrentes. Política pública e violência contra as mulheres: uma abordagem em grupo no centro de referência especializado de assistência social. **Não há lugar seguro**, p. 54, 2019.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**, v. 3, p. 49-76, 2012.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, p. 53-63, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios. **La cuestión social y la formación profesional em Trabajo Social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la**

diversidad latinoamericana. XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José/Costa Rica, p. 17-50, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. 28 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KIST, Rosane Bernardete Brochier. O processo de trabalho do assistente social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal. 2008. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LIMA, Idenalva Silva; SENA, Mirian Gomes. Grupo convivendo—uma abordagem interdisciplinar para pessoas vivendo com hiv/aids. In: **10º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 16 ed. Cortez: São Paulo, 2011.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. Cortez Editora, 2015.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Alzira Tereza Garcia Lobato et al. Trabalho de Grupo com Mulheres Idosas da Universidade Aberta da Terceira Idade—UnATI/UERJ: uma experiência do Serviço Social. **Interagir: pensando a extensão**, n. 1, p. 61-61, 2001.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argumentum**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 6–19, 2024. DOI: 10.47456/argumentum.v16i1.44218. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44218>. Acesso em: 6 dez. 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: Questões para Reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 15-39.

SILVA, Gabriela de Almeida; MESQUITA, Andréa Pacheco de. Atuação do (a) assistente social em equipe multiprofissional na abordagem grupal com pessoas vivendo com HIV. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 39-55, 2023.

SILVEIRA, Darlene de Moraes; VIEIRA, Karina Melo. Trabalho Social em grupos. UnisulVirtual, Palhoça. 2016.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. São Paulo, Cortez, 1991.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, v. 2, p. 21-42, 2001.

VICENTE, Damares Pereira; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Manual, não; Metodologia, sim! Reflexões sobre metodologia no trabalho com famílias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13., 2010, Brasília (DF). Anais em CD-Rom... Brasília (DF): CFESS; CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010.

VILEIRINE, Reginaldo Miguel de Lima. Os Instrumentais técnicos no Trabalho com Grupos. In: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival. Instrumentais Técnicos- Operativos no Serviço social: Um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto. Versão impressa, 2016.p.127 –146

YAZBEK, Maria Carmelita et al. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS**, p. 125-143, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF**, 2009.